



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS-UFAL**  
**CAMPUS DO SERTÃO**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA LICENCIATURA**

**IVONALDO DA SILVA**

**A GUERRILHA DE PARICONHA CONTRA A DITADURA MILITAR:  
CAMPONESES E INDÍGENAS EM LUTA NO SERTÃO ALAGOANO**

**DELMIRO GOUVEIA-AL**

**2022**



## **A GUERRILHA DE PARICONHA CONTRA A DITADURA MILITAR: CAMPONESES E INDÍGENAS EM LUTA NO SERTÃO ALAGOANO**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC  
apresentado ao Curso de Geografia  
Licenciatura da Universidade Federal de  
Alagoas, Campus do Sertão, como  
requisito para obtenção do título de  
Graduado em Geografia Licenciatura.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Gama Lima

DELMIRO GOUVEIA/AL

2022

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca do Campus Sertão**  
**Sede Delmiro Gouveia**

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

S586g Silva, Ivonaldo da

A guerrilha de Pariconha contra a Ditadura Militar: camponeses e indígenas em luta no sertão alagoano / Ivonaldo da Silva. - 2022.

55 f. : il.

Orientação: Lucas Gama Lima.

Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de Geografia. Delmiro Gouveia, 2022.

1. Formação territorial. 2. Guerrilha. 3. Luta armada. 4. Indígena. 5. Camponês. 6. Ditadura Militar. 7. Semiárido. 8. Pariconha – Alagoas. I. Lima, Lucas Gama. II. Título.

CDU: 911.3:981



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS DO SERTÃO  
CURSO: **GEOGRAFIA – LICENCIATURA**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

AUTOR(A): **Ivonaldo da Silva**

**“A Guerrilha de Pariconha contra a ditadura militar: camponeses e indígenas em luta no sertão alagoano”** - Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Geografia Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas – UFAL / Campus do Sertão.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao corpo docente do Curso de Geografia Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas e aprovado em 26 de julho de 2022.

**Banca Examinadora:**



Documento assinado digitalmente  
LUCAS GAMA LIMA  
Data: 27/07/2022 12:38:25-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

(Prof. Dr. Lucas Gama Lima – UFAL /Campus do Sertão)  
(Orientador(a))

(Prof. Dr. Marcos Ricardo de Lima – UFAL /Campus Sertão)  
(1º Examinador(a))

(Prof. Me. João Victor Santos)  
(2º Examinador(a))

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus que me deu força no enfrentamento dos obstáculos vividos pelo caminho.

A minha mãe Maria do Carmo, meu pai Sebastião Rufino, minha esposa Daniela, minha filha Manuella e toda minha família que de certa forma tem contribuído na minha caminhada.

De coração a meu orientador, Prof. Dr. Lucas Gama Lima, pela paciência e dedicação na orientação, meu muito obrigado por tudo no desenvolvimento desta pesquisa.

A todos meus colegas de classe e curso que estiveram presentes nas discussões em sala, dessa Licenciatura em Geografia, companheiros nas aulas de campo, especialmente aos meus amigos: José Rodolfo, Clélia dos Santos, Vanessa Feitoza, Thiago Rocha, Claudio Ramalho, Eliane Santos, Eduardo Santos, Alex.

A todos os professores de licenciatura em Geografia do Campus Sertão, que contribuíram para o meu aprendizado, que se dedicaram na minha formação, são eles os principais transportes que me levaram a esse destino.

A banca examinadora pela disponibilidade de estar presente nesse momento histórico e tão importante da minha vida.

Aos Guerrilheiros entrevistados e todos aqueles que participaram da guerrilha, e não estão citados nesse trabalho, porque todos os Guerrilheiros merecem todo respeito e consideração.

Meus agradecimentos a todos os envolvidos de forma direta e indireta, todos foram de grande importância nesta conquista inesquecível da minha vida.

## RESUMO

No Sertão de Alagoas existem várias comunidades de camponeses e indígenas. Em meados da década de 1960, esses sujeitos ousaram construir uma guerrilha contra a ditadura militar vigente. Compreende-se que as condições objetivas da época, após o golpe de 1964, marcadas por falta de assistência em tempos de secas, dificuldades no acesso à terra, opressão das oligarquias e fome, somadas à influência de uma leitura política peculiar de parte da esquerda brasileira estimularam o envolvimento dessas pessoas a criar um movimento de luta armada. Assim, essa pesquisa tem o objetivo geral de analisar as condições que ensejaram o protagonismo de indígenas e camponeses na guerrilha de Pariconha durante a ditadura militar. A metodologia baseou-se na realização de uma revisão bibliográfica sobre a problemática da formação territorial do semiárido brasileiro, articulada com trabalho de campo, sendo este mediada por entrevistas com participantes da Guerrilha de Pariconha para compreender as razões que levaram a esse fim.

**Palavras-chave:** guerrilha, ditadura militar, camponeses, indígenas

## ABSTRACT

In the Sertão de Alagoas there are several communities of peasants and indigenous peoples. In the mid-1960s, these subjects dared to build a guerrilla against the prevailing military dictatorship. It is understood that the objective conditions of the time, after the 1964 coup, marked by lack of assistance in times of drought, difficulties in accessing land, oppression of oligarchies and hunger, added to the influence of a political reading peculiar on the part of the Brazilian left stimulated the involvement of these people to create an armed struggle movement. Thus, this research has the general objective of analyzing the conditions that led to the leading role of indigenous peoples and peasants in the Guerrilla of Pariconha during the military dictatorship. The methodology was based on a bibliographic review on the problem of territorial formation of the Brazilian semi-arid region, articulated with fieldwork, which was mediated by interviews with participants of the Pariconha Guerrilla to understand the reasons that.

**Keywords:** guerrilla, military dictatorship, peasants, indigenous peoples.

## LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Localização de concentração dos guerrilheiros em Pariconha/AL.....**47**

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AC - Ação Católica

AP - Ação Popular

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento Econômico do Nordeste

IFOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

IOCS - Inspetoria de Obras Contra as Secas

JAC - Juventude Agrária Católica

JEC - Juventude Estudantil Católica

JIC - Juventude Independente Católica

JOC - Juventude Operária Católica

JUC - Juventude Universitária Católica

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

URSS - União Soviética

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PSD - Partido Social Democrático

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UDR - União Democrática Ruralista

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 - UMA DISCUSSÃO SOBRE A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO SEMIÁRIDO...12</b>	
1.1 - A INVASÃO PORTUGUESA NO CONTINENTE AMERICANO.....	12
1.2 - A PECUÁRIA NO INTERIOR E SERTÃO NORDESTINO.....	18
1.3 - A REPÚBLICA E A CONSERVAÇÃO DAS OLIGARQUIAS.....	24
1.4 - A POLÍTICA DE COMBATE À SECA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO.....	27
1.5 - O LATIFÚNDIO E A VIOLÊNCIA NO CAMPO.....	31
<b>2 – A GUERRILHA DE PARICONHA: A RESISTÊNCIA NO SERTÃO DE ALAGOAS.....</b>	<b>33</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>54</b>

## Introdução

A construção do presente TCC nasceu da curiosidade de investigar mais a fundo um movimento no qual o pai do autor desse trabalho teve participação e desde a vida de criança ouviu falar sobre essa luta. O objetivo geral é analisar as condições objetivas que ensejaram o protagonismo de indígenas e camponeses na guerrilha de Pariconha, durante a ditadura militar. Compreende-se que a formação territorial brasileira, desde o início da colonização portuguesa, pautou-se nas perseguições aos povos indígenas, negros, camponeses e toda sorte de violência levada a cabo pelos invasores europeus.

A monocultura da cana de açúcar, como prioridade dos colonizadores, levou ao surgimento da pecuária, posteriormente transferida para o sertão de clima semiárido. As secas que provocaram grandes prejuízos, como a morte do gado e distúrbios sociais, a exemplo da fome da população, são observação pelo presente estudo.

Indiscutivelmente, uma formação territorial de poucos privilegiados, apoiada pelo Estado português e, depois da independência do Brasil, pelo Estado brasileiro, regida por um sistema econômico de exploração de base escravocrata. Com o fim da escravidão, o mesmo sistema econômico foi mantido, baseando-se na grande propriedade fundiária, tendo esta amparada na Lei de Terras de 1850.

A estrutura de dominação foi preservada, continuando o domínio dos latifundiários. Estes seguiram hegemonizando a política nacional após a proclamação da república e trataram sufocar qualquer iniciativa que colocasse em perigo seu domínio, como ocorreu no massacre de Canudos. É nesse contexto que ocorreram as políticas de combate às secas. Estas longe de se destinarem a ajudar aos que mais necessitavam, acabaram se tornando obras públicas sob o controle de grandes proprietários, fazendo uso dos recursos públicos para seu próprio enriquecimento. Houve contratações de trabalhadores para as Frentes de Emergência com recursos públicos pra trabalhar em suas fazendas, priorizando eleitores do coronel e funcionários fantasmas, além da existência de políticas de migração para trabalhadores laborarem em outros estados.

É nesse contexto de secas, fome, opressão das oligarquias, estrutura fundiária desigual e, posteriormente, ditadura militar que se gesta a Guerrilha de Pariconha. Nesse sentido, esse trabalho apresenta os seguintes objetivos

específicos: realizar uma revisão bibliográfica de parte do problema da formação territorial brasileira, contextualizar o ingresso de camponeses e indígenas nas atividades guerrilheiras no Sertão de Alagoas e realizar entrevistas com pessoas que se envolveram direta ou indiretamente na mencionada guerrilha.

Foram realizadas dez entrevistas qualitativas com as pessoas que tiveram participação na Guerrilha de Pariconha, entre elas oito homens e duas mulheres, entrevistadas nos dias 21, 22, 23, 24 e 30 de julho de 2021, com faixa etária de 75 a 85 anos de idade. Cinco homens entrevistados residem em Pariconha sede, três homens e duas mulheres residem na Serra do Engenho, povoado de Pariconha. Dos dez entrevistados nove são indígenas e um é apenas camponês.

A discussão teórica foi desenvolvida baseada nos autores que contribuíram nos estudos da formação territorial do Brasil, como: Andrade (2004), Prado Junior (1976), Morais (2011) e Sodré (1963), além de autores que trataram das condições político-econômicas do semiárido brasileiro, como Alves (2003), Castro (2011), Lima e Magalhães (2018), Malvezzi (2007), Moura (2000), Silva (2006), Lima (2019) Sales (2016), Silva (2007), Villa (2001).

## **Capítulo 1- Considerações sobre a formação territorial do semiárido**

### **1.1 A invasão portuguesa no continente americano**

No início da colonização portuguesa nas terras do futuro continente americano, os habitantes originais eram os povos indígenas, esses povos não eram adaptados às práticas europeias, não tinham produção excedente que pudesse animar os portugueses. As comunidades produziam para seu próprio consumo, não praticavam trocas de mercadorias. Esses povos indígenas não se encaixavam na fase do modelo praticado pelo capitalismo mercantil, como acontecia em outros territórios frequentados pelos portugueses, quando buscavam algo de importância para suas pretensões econômicas.

Os portugueses eram habituados a viajar pelo mar, em rota de destino à continentes e territórios habitados por povos que produziam excedente destinado para as trocas, traziam seus produtos da Europa, esses produtos eram trocados pela produção excedente, produzida pelas comunidades locais, diferente do que ocorria nas terras que dariam origem ao Brasil, segundo Nelson Werneck Sodré:

O colonizador encontra no Brasil o regime de comunidade primitiva, no qual não havia mercadoria, não havia excedente de produção, a produção era consumida pela própria comunidade, nada era objeto de troca. As comunidades indígenas, não tendo atingido a fase de sua desintegração, por força do desenvolvimento histórico dos instrumentos e da divisão social do trabalho, resistiram às novas relações de produção impostas pelos colonizadores (SODRÉ, 1963, p.69).

Os portugueses encontraram resistência dos povos indígenas no sistema de produção excedente para a troca de mercadorias. Provavelmente seria constrangedor receber estranhos com propostas desconhecidas de seu modo de vida, os povos indígenas tinham estilos de sobrevivência diferentes, não tinham como satisfazer os desejos na forma desejada pelos portugueses, nas atividades econômicas que os portugueses praticavam em outras regiões naquele período, com suas navegações marítimas, negociando e em busca de riquezas em outros continentes.

Os portugueses após perceberem a falta de mercadorias de troca, encontraram uma forma de lucrarem na extração do pau-brasil, com mão-de-obra indígena. Os colonizadores buscaram agradar os indígenas com seus objetos, em troca da colaboração no trabalho de extração dessa matéria prima, tratada como

escambo, negociação feita sem moeda, trocavam produtos ou serviços pelas mercadorias dos portugueses.

Os indígenas do Brasil praticavam os escambos na extração do pau-brasil, até então não conheciam a ganância dos portugueses, a sua escravização foi mais a frente, de início se entendia uma boa relação comercial. A política de escravização se desenvolveu junto com a ideia de povoamento, isso é afirmado pelo geógrafo Manoel Correia de Andrade:

A princípio, procuraram conquistar a boa vontade dos indígenas, trocando os produtos da terra por bugigangas, depois procuraram amedrontá-los, forçando-os a trabalhar no abastecimento dos seus navios. Não havia ainda condições nem necessidade de escravizar os indígenas, adotando o escambo como relação comercial?. Só ao iniciarem o povoamento é que os portugueses passaram a desenvolver a política de escravizá-los, como já faziam na África com os negros (ANDRADE, 2004, p.30).

Portugal já na primeira metade do século XVI dividiu o território brasileiro em capitanias hereditárias, em sequência passa a desenvolver seus planos, entre eles o povoamento seguido de outras medidas como aconteceu o desenvolvimento da política de escravização indígena. Os portugueses no Brasil tiveram uma nova forma de exploração de território, antes buscavam por metais preciosos, porém de imediato não perceberam as riquezas dos metais preciosos, como afirma Antônio Carlos Robert de Moraes:

Na verdade, este novo território não oferecia atrativos imediatos visíveis para o conquistador lusitano. Não havia os estoques metálicos entesourados, como na América hispânica, também não havia os lucrativos produtos e a animada rede de comércio encontrada no Índico (MORAIS, 2011, p.58).

Os portugueses chegaram com uma nova forma de exploração, devido às características das condições próprias desse novo território que até então se apresentava. Portugal se preparou para as condições específicas que aparentou no ponto de vista de sua interpretação dessas novas terras, teve um novo modelo econômico adotado nesse território que futuramente iriam formar o território brasileiro, com uma realidade diferente das regiões que os portugueses mantinham suas relações comerciais. Levaram em conta que nunca tiveram antes um projeto de exploração praticado do mesmo modelo do Brasil.

Ela operara sempre na pressuposição da existência de produção local, nas áreas com que mantinha a troca. Não fôra montada para produzir, e muito menos para produzir em ultramar, — mas para trocar o produzido por outrem. A sua tarefa consistia em levar ao

Oriente mercadorias produzidas na Europa, uma vez que ali eram objeto de consumo, e trazer do Oriente mercadorias ali produzidas, uma vez que eram objeto de consumo na Europa (SODRÉ,1963, p.61).

A diferença de organização dos povos indígenas encontrados no continente americano das nações do Oriente e das Índias, causou a lentidão de instalação definitiva dos portugueses, mas perceberam o perigo por conta das constantes invasões de navios franceses navegando na costa brasileira, trocando com os povos indígenas semelhante concorrência dos portugueses.

A invasão dos franceses talvez fosse um incentivo ao avanço mais profundo da colonização. Portugal chegou a reclamar as autoridades francesas, em resposta o rei da França teria informado que os franceses invasores eram particulares, não era de seu conhecimento oficial. Com esse episódio, fez a coroa portuguesa criar a Capitania do Mar do Brasil e das armadas guarda-costas para o monitoramento do litoral na caça aos navios franceses, por volta de 1520 e 1530 (MORAES, 2011).

Portugal diante das preocupações com a invasão dos navios franceses passou a policiar o litoral brasileiro, em busca dos navios franceses, especificamente nos anos de 1520 e 1530. Martin Afonso de Sousa, comandante de uma das mais importantes expedições, enviou ao rei um relatório de recomendação, sugerindo um investimento de capitais para iniciar uma exploração de um possível retorno futuro, isso já precavendo o perigo de perda do território brasileiro, percebido pela quantidade de barcos franceses, capturados pela guarda-costeira brasileira, que fazia o monitoramento na costa do território. As dificuldades da coroa portuguesa para investir sem retorno imediato, em meio à falta de alternativas, ensejou a criação das Capitânicas Hereditárias.

O plano, em suas linhas gerais, consistia no seguinte: dividiu-se a costa brasileira (o interior, por enquanto, é para todos os efeitos desconhecido), em doze setores lineares com extensões que variavam entre 30 e 100 léguas. Estes setores chamar-se-ão capitânicas, e serão doadas a titulares que gozarão de grandes regalias e poderes soberanos; caber-lhes-á nomear autoridades administrativas e juizes em seus respectivos territórios, receber taxas e impostos, distribuir terras, etc (PRADO JUNIOR, 1976, p.18).

As terras brasileiras foram doadas a membros da nobreza de Portugal, foram nomeados donatários, mas que continuaria sendo da coroa portuguesa, tendo como uma das medidas, o povoamento e criação do Governo Geral, um governador indicado pelo rei de Portugal, para cuidar do desenvolvimento econômico. O

conjunto de medidas tinha como importância impedir a presença de invasores sem autorização da coroa portuguesa, penetrando no território brasileiro, especialmente os franceses que invadiam constantemente. Com essa instalação seria importante ao mesmo tempo para Portugal ter a garantia de pôr em prática seu projeto de exploração, até mesmo a procura por metais preciosos.

Vale destacar a consciência de que se tratava de criar uma exploração econômica, e não de simples apropriação de uma riqueza já existente. Em outras palavras, urgia iniciar uma produção, depositando capitais com vista a um retorno futuro. Enfim, a colonização deveria passar a construir novas estruturas produtivas na colonização das terras brasileiras (MORAES, 2011, p.61).

Em meio aos planos de Portugal na construção de novas estruturas de produção, foi criada uma proposta de aldeamento dos indígenas, próximo aos núcleos coloniais, mas nem todos indígenas aceitaram as imposições dos colonizadores, preferindo resistir e lutar pelo seu modo de vida. Como houve os indígenas que resistiram ao aldeamento, teve aqueles que resolveram aceitar as imposições de se aldear, já em 1560 a aldeia de Santo Antônio na Bahia, segundo Antônio Carlos Robert de Moraes, já se encontravam dois mil habitantes.

No regimento de Tomé de Sousa já aparece a proposta de aldeamento dos índios “pacíficos”, buscando seu adensamento e fixação próximos aos núcleos coloniais. Vale registrar, como exemplificação, que o aldeamento de Santo Antônio (na Bahia) contava já em 1560 com dois mil habitantes, e que entre 1559 e 1583 foram batizados nesta capitania cerca de sessenta mil índios (MORAES, 2011, p.65).

Os indígenas que optaram pelo aldeamento eram submetidos ao poder colonial, os colonizadores tinham as aldeias como apoio contra os ataques estrangeiros e dos indígenas hostis que poderiam atacar as colônias. O perigo para as colônias vinha também das etnias de indígenas aliadas de franceses, para os portugueses seria uma ameaça à segurança das colônias, os colonizadores buscavam a desorganização dos povos indígenas, como a expropriação de suas terras, deixando em situação de escravidão. Uma exigência da colonização portuguesa, que via os indígenas como inferiores aos brancos, não aceitando a liberdade desses povos. Os que não aceitavam a escravidão foram considerados pelos colonizadores “selvagens”, “ignorantes”, “bravos e bárbaros”.

Os invasores do território brasileiro saquearam as riquezas, humilharam os povos indígenas, praticaram genocídios e escravização desses povos, trataram os indígenas de forma desumana, não os respeitaram, fizeram de conta que as terras

invadidas eram dos portugueses e não dos indígenas, e os indígenas que estavam habitados nessas terras resolveram aprisioná-los a seus domínios, como já vieram através do tratado de Tordesilhas com direito as terras, quiseram ter direito da mesma forma aos indígenas encontrados nesse território.

A ambição portuguesa foi suficiente para dismantelar a vida indígena, em um egoísmo violento, apresentando uma falta de humanidade, que para os colonizadores era uma normalidade, os europeus eram como os proprietários do planeta Terra, viviam a procura de exploração mundo a fora.

Os indígenas viveram diferentes formas de resistências, tiveram pressão dos colonizadores para serem escravizados, muitos resolveram aceitar as imposições coloniais para sobreviverem, enquanto outros enfrentaram os portugueses ou fugiram para não morrerem. As terras brasileiras sob o poder de Portugal foram distribuídas para os portugueses por indicação da coroa, para implantação do sistema de exploração, buscaram a escravização dos povos indígenas e depois dos negros da África, transportados compulsoriamente do continente africano.

O destino das várias capitanias foi bastante diversificado. De início cabe atentar para a observação de Capistrano de Abreu de que metade dos doze donatários jamais pisou em suas possessões, fato que revela algo das dificuldades e da incerteza do empreendimento. No geral, pode-se estabelecer certa relação (aparentemente óbvia) entre a prosperidade alcançada e a disponibilidade de capitais (MORAES, 2011, p.63).

Uma das medidas dos interesses da colonização brasileira era povoar as colônias. Portugal não tinha habitantes suficientes, que pudesse povoar o Brasil, acreditavam que povoar era uma forma de segurança contra invasões francesas, que ameaçavam a ocupação portuguesa. Portugal tinha direito às terras do Leste pelo tratado de Tordesilhas, a Espanha ficou com o direito das terras do Oeste. Os interesses portugueses não eram ameaçados pelos espanhóis, que se instalavam na América do Sul, ao contrário dos franceses que não faziam parte desse tratado.

Em razão da decisão portuguesa de dividir o Brasil em Capitanias nas mãos dos donatários, o projeto colonial já via no Brasil a possibilidade da implantação da monocultura da cana-de-açúcar. No decorrer dessa etapa, em menos de três décadas, os escambos com os indígenas já não aconteciam, eles se tornaram mais exigentes pela sua mão de obra, os colonos viram a necessidade de escravizar esses povos, não respeitavam os indígenas como deviam, tomaram seu território e viram nos indígenas a possibilidade de escravização.

Aos poucos foi - se tornando necessário forçá-lo ao trabalho, manter vigilância estreita sobre ele e impedir sua fuga e abandono da tarefa em que estava ocupado. Daí para a escravidão pura e simples foi apenas um passo. Não eram passados ainda 30 anos do início da ocupação efetiva do Brasil e do estabelecimento da agricultura, e já a escravidão dos índios se generalizara e instituíra firmemente em toda parte (PRADO JUNIOR, 1976, p.21).

A escravização indígena foi difícil, esses povos nativos do Brasil eram valentes o suficiente para resistirem à ousadia dos colonos portugueses. Os indígenas ameaçados de serem escravizados fugiam para longe das colônias, os colonos não desistiram da escravização desses povos, iam à captura deles. Devido à insistência de capturar indígenas para escravização os colonos tiveram grandes prejuízos, quando os indígenas revoltados invadiram os núcleos coloniais e fizeram grandes destruições das lavouras.

Desde a conquista, os indígenas lutaram denodadamente contra os colonizadores que os expropriavam e lhes tiravam a liberdade. As lutas, iniciadas no litoral, continuaram no interior quando eles foram expulsos das melhores terras, dizimados ou aldeados, a fim de serem chamados para o trabalho quando se fazia necessário (ANDRADE, 2004, p.80).

A escravização dos povos nativos do Brasil inicia-se na implantação da monocultura da cana-de-açúcar, um produto de grande comercialização na Europa, essa cultura era tão lucrativa no litoral brasileiro, que tudo que plantavam de diferente, sempre era considerado inferior à produção de açúcar. O cultivo do tabaco foi uma cultura de grande importância, ficou como um segundo produto para exportação, como já acontecia com o açúcar, foi bem aceito na Europa e serviu como moeda de troca nos escambos do tráfico de negros africanos.

Toda produção do Brasil colonial tinha a cana-de-açúcar como prioridade, por conta da grande lucratividade para os colonizadores, que era superior às demais, a monocultura da cana provocou o abandono no cultivo de outras culturas de grande importância. Não era possível a população do Brasil colonial viver apenas do plantio da cana, a não valorização de plantação de alimentos de subsistência era um problema enfrentado, sem contar que os primeiros portugueses habitantes do território brasileiro traziam seus alimentos nas embarcações vinda da Europa, as embarcações iam, na volta traziam seus alimentos da Europa para o Brasil, depois resolveram adaptar-se aos alimentos locais.

Sendo inicialmente pequeno o número de portugueses no Brasil, não se preocuparam eles com a produção dos alimentos necessários, preferindo trazê-los da metrópole, o que permitia maior utilização das

embarcações em suas viagens de ida e volta. Como a população nativa se alimentava da pesca, da caça, da coleta florestal e de uma incipiente agricultura, os portugueses procuraram adaptar-se a este tipo de alimentação, substituindo produtos tradicionais pelos da terra, como aconteceu com a farinha de trigo que foi substituída pela farinha “de pau” ou de mandioca (ANDRADE, 2004, p.44).

## **1.2 A pecuária no interior e sertão nordestino**

A pecuária iniciou-se no Brasil no período colonial, mas sua produção era secundária, a produção de carne mesmo fundamental na alimentação da população das colônias não fazia os produtores de açúcar admitir a divisão das terras férteis do litoral. A plantação de cana ocupava as terras férteis litorâneas para os produtores do açúcar, o criatório de gado trazia o perigo de invasão da lavoura pelo gado criado solto, a pecuária é destinada para o interior, dando segurança para a plantação de cana, que era a principal cultura colonial, como a presença da pecuária era inviável no litoral.

A permanência da pecuária nas áreas próximas às de agricultura trouxe problemas de convivência, de vez que o gado era criado solto e destruía as plantações, fazendo com que o Governo estabelecesse que os criadores de gado deviam interiorizar-se, ficando as áreas de criação distantes das áreas agrícolas. Isso contribuiu para a expansão do povoamento para o interior e para a ocupação de grandes espaços, interligando as várias regiões do Brasil (ANDRADE, 2004, p. 45).

Devido à insegurança dos plantadores que priorizavam em primeiro lugar a cana-de-açúcar no litoral, e a criação de gado solto não iria dar certo, ao mesmo tempo as precipitações de chuvas do litoral, tinha suficiente garantia no desenvolvimento do plantio dessa cultura, diferente da pecuária que era uma economia de menos interesse colonial.

O litoral seria ideal tanto para a pecuária como para a lavoura, a cana de açúcar precisa de precipitação pluviométrica de grande quantidade de chuva, a pecuária precisa da mesma forma de chuva suficiente para criação de pastos e água para os animais, sabe-se que não existia em todo semiárido segurança alimentar e água a todo tempo.

O semiárido nordestino ocupa aproximadamente 10% do território brasileiro, que baseado na vegetação das caatingas se avalia o Nordeste seco de uma área aproximada de 800.000 km<sup>2</sup>. Uma região seca e quente de posição subequatorial,

com drenagens extensivamente abertas para o mar, suas terras sertanejas composta de solo peculiar de região semiárida quentes, de uma precipitação irregular no tempo e no espaço, com precipitações variando entre 400 e 800 mm, e de temperatura média anual elevada de 27 a 29° (AB'SÁBER, 1974).

Nas regiões sertanejas onde as chuvas são menos frequentes não possibilitou a lavoura do açúcar como no litoral, com a falta de chuva dificultava a situação do criatório de gado e a produção de alimentos, com o risco de falta de água nas fontes, secando os rios intermitentes, levava a morte dos animais da pecuária de fome e de sede, e dificuldades de sobrevivência humana no sertão. Ainda Aziz Nacib Ab'Sáber:

Na área principal do domínio seco nordestino, as médias térmicas anuais são muito elevadas e relativamente constantes, oscilando entre 26 e 27°. Por sua vez, as precipitações concentradas em torno dos meses de verão - são irregulares no espaço e no tempo, totalizando médias anuais que variam entre 300 e 250 mm, na área "core" do espaço semi-árido regional. Disso resulta um balanço hídrico altamente desfavorável, que se traduz diretamente nos fatos hidrológicos regionais, através de rios intermitentes sazonais, interessando áreas de centenas de milhares de quilômetros quadrados de extensão. Nesse sentido, apenas o rio São Francisco, na categoria de rio tipicamente alóctono, atravessa a região de clima seco, sob a forma de curso perene (AB'SÁBER, 1974, p.08).

Para todos os efeitos, os solos do semiárido têm suas características que possibilitaram a adaptação de espécies vindas de outros habitats, em seu clima e solos. É tanto que os portugueses buscaram espécies vegetais e animais para o desenvolvimento da agropecuária, essas espécies vieram de diferentes continentes, e foram adaptáveis aos climas brasileiros, Veio pelos portugueses, variedades de espécies animais e vegetais, como da Europa, da África, da Ásia e da Oceania, assim afirma Manoel Correia de Andrade:

Da Europa foram trazidos, desde a primeira metade do século XVI, os animais domésticos, sobretudo bovinos, caprinos, suínos, eqüinos, da África vieram vegetais como o sorgo, o inhame, o cará, da Ásia fruteiras como a bananeira, a mangueira, a jaqueira e o arroz, e da Oceânia a fruta-pão e o coqueiro. Muitos vegetais cultivados pelos indígenas, como o algodão, a mandioca e o milho, passaram também a ser cultivados pelos colonizadores (ANDRADE, 2004, p.44).

O gado, os caprinos, ovinos e outras várias espécies da pecuária foram espécies adaptáveis em qualquer região do semiárido, o ponto negativo dentro desse clima eram as secas no início da implantação da pecuária, com falta de

reservatórios para armazenar água da chuva, principalmente no sertão nordestino que chove menos ainda. O que pode ter dificultado a vida sertaneja no período colonial, em alguns casos pode ter sido o distanciamento das áreas de rios perenes, porque nas secas além de perda da vegetação, a falta de água é mais perigosa que a de alimentos.

Os cronistas do século 17 deixaram uma documentação razoável sobre a ocorrência das secas e seus impactos nos estados do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco, da Bahia e do Rio Grande do Norte. Nos relatos, documentam-se consequências como perdas humanas e rebanhos dizimados; processos migratórios, tanto de tribos indígenas quanto de colonizadores, com o abandono das fazendas; e os dramáticos conflitos gerados pelos fugitivos das secas nas áreas litorâneas, principal rota dessas migrações (LIMA E MAGALHÃES, 2018, p.196).

Na implantação da pecuária no sertão, o sofrimento era frequente, as terras que antes eram de caças para os povos indígenas, foi habitação do gado criado solto, diminuindo a caça para os povos indígenas que não dominaram mais a região, ficou para o criatório de gado dos colonos, sendo o território brasileiro despreparado, por conta de não ter sido construído estrutura para adaptação das vidas, tanto dos animais dos fazendeiros coloniais como da humana no semiárido, principalmente em áreas sertanejas, as grandes secas tiravam os ânimos da população.

Os indígenas do sertão independentemente da seca ou falta da seca, possuíam seu modo de vida e não praticavam a pecuária, porque antes dos invasores pecuaristas, o sertão tinha apenas os povos indígenas para usufruir dos bens naturais. A pecuária no sertão vai afetar a vida indígena, quando o poder colonial teve a ousadia de interiorizar a pecuária. Colocaram os povos indígenas em situação complicada, pois na verdade o gado vai se estender nas terras que antes só os indígenas dominavam, e os portugueses tinham a pecuária como a única atividade possível de se instalar em regiões de caatingas, segundo afirma Joaquim Alves:

As áreas secas do interior do Nordeste, de Pernambuco ao Ceará, constituíam o domínio dos índios até a primeira metade do século XVII. A ocupação dos portugueses foi lenta, seguindo a implantação e o desenvolvimento da pecuária, única atividade que era possível instalar na região das caatingas (ALVES, 2003, p.16).

Provavelmente não só em Pernambuco e Ceará ocorreram esses fatos, mas em todo o território brasileiro, onde tivesse possibilidade de exploração das terras, não importava se eram ou não habitadas pelos povos nativos, a prioridade era dos

colonizadores portugueses. O encaixe dos povos indígenas no projeto colonial só acontecia, no âmbito da escravidão, na produção de lucros para os colonos portugueses.

Se os colonos tinham dificuldades de convivência com as secas, os povos indígenas tiveram três problemas: as secas, a perda de suas terras e em outra ocasião, serem forçados à escravidão. Os portugueses procuraram aproveitar as riquezas naturais do Brasil e forçar os indígenas para ajudar no seu crescimento econômico, como se os indígenas não tivessem vida própria, os invasores dessas terras que formou o território brasileiro usaram um comportamento autoritário com esses povos que viviam nessas terras, como se esses povos devessem uma grande dívida para Portugal e suas vidas tivessem comprometidas completamente nas mãos dos portugueses, e se comportaram como os verdadeiros proprietários das terras e de todas as vidas existente no território brasileiro.

A implantação da pecuária no sertão foi mais que um desafio, uma ameaça à paz dos povos indígenas, a invasão dos portugueses começou a prejudicar esses povos, primeiro no litoral e depois no interior, os indígenas foram obrigados a aceitar sua desterritorialização das terras, para dar lugar ao gado criado solto.

Com a pecuária no sertão não demorou muito para os indígenas usufruírem da carne do criatório dos colonos, devido o gado que estavam em terras que deveria ser área de caça, passou a ser ocupado pelo gado solto, fizeram de conta que a carne do criatório dos colonos portugueses era de todos que necessitavam de se alimentar. Esse episódio talvez possa ter relação com as secas, que faziam não só os povos indígenas, como até mesmo os mestiços se envolveram em assalto ao gado, habitados nas terras sertanejas para sobrevivência na falta de alimentos.

Não mais era unicamente o gentio de corso que investia contra a propriedade do colono; era o mestiço aliado ao português sem haveres, que só encontrava um recuso para sobreviver à fome – recorrer ao assalto, ao crime, praxe que se repetiu em todas as crises climáticas, tornando-se pontos de referência das autoridades, nos anos escassos e nos de seca total, aquelas relativa à ordem nos sertões ou a recrudescência dos atentados à propriedade e à vida do sertanejo (ALVES, 2003, p.40).

Os assaltantes ao gado eram impulsionados pelas dificuldades provocadas pela escassez de chuva no sertão, os alimentos agricultáveis não se cultivavam com falta de chuva, se ao menos as terras fossem apenas dos povos indígenas, a caça podia ajudar na alimentação, mas a invasão dos colonizadores portugueses às

terras do interior foi para arrasar a tranquilidade dos indígenas habitados na região sertaneja. A conquista portuguesa no território brasileiro foi com violência, os indígenas tinham a concepção de que as terras ocupadas para a criação de gado pertenciam a eles, lutaram com muito esforço para vencerem os colonos, mas foram derrotados, perdendo suas áreas de caças e foram expulsos de suas próprias terras.

Os indígenas eram orientados pelos religiosos a não se aproximarem do criatório dos colonos, mas fizeram de conta que o gado solto nas terras tomadas pelos invasores portugueses era para alimentação de todos. A escassez de chuva no sertão era um dos fatores de incentivo às invasões das fazendas e assalto ao gado nas propriedades coloniais, sem contar com a destruição das lavouras da agricultura, praticada nas colônias de terras tomadas dos povos nativos, eram esses povos revoltados, desvalorizados, tratados com inferioridade, forçados à escravidão, muitos mortos em conflitos com os colonos.

A ocupação do interior do Nordeste para a pecuária foi uma forma estratégica para proteger as plantações de cana-de-açúcar adequada para o litoral, devido ser uma lavoura de prioridade dos colonizadores, destinando-se a região semiárida com menos precipitação de chuvas e de frequência de secas, principalmente no sertão, um clima que no período colonial ocasionou falta de alimentos para a vida humana e morte do gado da região sertaneja.

A diversidade de clima no território brasileiro diferencia da mesma forma os tipos de solos. No caso do semiárido, temos menos chuvas e um solo pouco profundo, o clima dessa região por mais que tenha uma menor precipitação de chuva, o armazenamento de água é muito importante, os solos rasos deixam a água mais exposta, podendo evaporar pela temperatura, principalmente no sertão que chove menos em seus solos rasos, sendo que o subsolo do semiárido nordestino há presença de mais que 60% de rochas cristalinas, ocasionando um menor armazenamento de água.

Para aproveitar ao máximo as águas disponíveis no Semi-Árido, é preciso levar em consideração os fatores determinantes que caracterizam a região: a variedade da chuva no tempo e no espaço, a pluviosidade (que varia de 250mm até 800mm), o subsolo 70% cristalino (que permite pouca armazenagem de água subterrânea) e a intensa evapotranspiração (que leva embora a água estocada em reservatórios rasos e expostos a céu aberto). As tecnologias sociais têm que guardar a água no tempo que chove e evitar a evaporação (MALVEZZI, 2007, p.106).

A falta de medidas de prevenção às secas no semiárido pode ser um dos motivos que levaram a profundidade de calamidades da fome e da falta de água para a população e os animais do semiárido, sobretudo no sertão. A questão do semiárido seco durante as calamidades no Brasil colonial foi por conta da falta de construção de estrutura de armazenamento e técnicas de captação de água das chuvas.

Segundo ainda Roberto Malvezzi, o semiárido brasileiro é o mais chuvoso do planeta, possuindo chuva anual de 750 bilhões de m<sup>3</sup> de água, com sua capacidade de apenas 36 bilhões de m<sup>3</sup> de água, sendo afetado pelo processo de evaporação, isto é, a ausência de água não é problema, mas o aproveitamento dessa água (MALVEZZI, 2007).

O descaso da falta de projetos de infraestrutura no semiárido no período colonial não foi fácil para a população, sobretudo no sertão, foram tempos de grandes desastres da vida humana, as longas secas devastadoras, levaram ao desespero.

Nos anos de 1790 a 1792 no Ceará ocorreu a mais forte e a mais longa seca até então registrada, que ficou tristemente conhecida pela dissonante designação de seca grande, com despovoamento dos sertões de gente e de gados. Brancos e pretos, fugindo da fome e da peste, emigraram para o litoral ou para a Capitania do Piauí. Os indígenas embrenharam-se nos sertões longínquos, para além da serra grande (ALVES, 2003,).

Os períodos das secas, enfrentados pelos criadores de gado no sertão nordestino, e as dificuldades de colher alimentos no Brasil colonial, faziam as famílias buscarem sua sobrevivência no litoral ou em outras regiões que oferecessem condições de vida mais segura.

A dependência de chuva para a prática da agricultura de subsistência era ameaçada, sem contar que até o consumo de água era com dificuldade, os habitantes do sertão chegavam ao desespero com situações precárias, correndo risco de morrerem de fome e sede, com a escassez de alimentos, nos anos de grandes secas nas regiões sertanejas. A chuva era a única esperança de vida, nesses períodos não existia organização que pudesse garantir alimentos e água, se não fosse das chuvas que caíam nos solos da região.

As secas do sertão não causaram sofrimento apenas para os povos indígenas, também mestiços e até fazendeiros tiveram um grande impacto nas

secas. É de considerar que maiores dificuldades passaram os que não tinham criatórios e nem posse de bens, que viviam da produção somente de plantio de alimentos, sem contar os escravos, que mesmo em bons tempos poderiam não ter boa alimentação fornecida por seus senhores, é de se pensar nos problemas que os escravos no sertão enfrentaram, nada deve ter sido fácil para os marginalizados e escravizados.

### **1.3 - A República e a conservação das oligarquias.**

O latifúndio é fruto do poder colonial brasileiro, os latifundiários eram quem tinham privilégio por comandar uma grande propriedade, usufruir da renda e da produção pela exploração, tendo ao seu lado o trabalho escravo em suas fazendas e continuaram sendo privilegiados depois do fim da escravidão. Por outro lado, no Brasil tinham os camponeses sem direito de possuírem um pedaço de terra.

Depois da lei nº 601 de 1850, estabeleceu-se a compra e venda da propriedade fundiária, a chamada Lei de Terras que só podia garantir uma propriedade de terra a quem tivesse condições de pagar por ela. Esse processo de regularização da compra de propriedade da terra foi uma forma de fortalecer ainda mais a elite, que por estratégia defendeu a promulgação dessa lei e distanciou a possibilidade dos que não tinham condições continuarem sofrendo por falta de condições (ANDRADE, 2004).

O oportunismo dos grandes proprietários de terras das oligarquias agrária foi sempre de usar uma habilidade de manter seus privilégios com o poder político, as mudanças políticas não tem sido contra a elite ligada ao latifúndio, isso é provável, porque as mudanças no Brasil não resolveram o problema dos camponeses que não tem uma propriedade de terra pra trabalhar. O poder político das elites tem sempre seus desejos realizados no sentido de permanecerem como estão ou aumentarem ainda mais seus privilégios.

Quando a República nasce em 1889, não houve mudança na estrutura fundiária, é tanto que a Guerra de Canudos vai ser pra evitar que nenhum movimento contrariasse a dominação do poder das elites, um regime defensor da manutenção dos privilégios dos latifundiários.

As oligarquias e o poder militar republicano viam os seguidores de Antônio Conselheiro com os inimigos da república, porque queriam a exploração e o domínio

dos camponeses, como de rotina. Dispuseram uma visão de conservadorismo do poder sem igualdade, ao contrário da comunidade de Canudos que defendia uma sociedade igualitária. Os militares invadiram pra matar aquela comunidade, relatos de uma violência que não livravam nem mulheres nem crianças.

Os camponeses somente entraram nela para defender as suas terras e as suas famílias atacadas. Os assaltantes justificavam a violência apenas pelo poder, pela posse e manutenção dos seus privilégios, os privilégios das oligarquias que representavam e no ódio a tudo aquilo que significasse a legitimação dos direitos dos camponeses (MOURA, 2000, p.45).

Os militares da recém-proclamada república não sossegaram até acabar com toda a comunidade de Canudos, o exército do novo regime político proclamado fizeram quatro tentativas de destruição, foram derrotados na primeira, na segunda e na terceira, gradativamente foram aumentando seu número de soldados, iniciaram com 100 soldados e finalizaram com 10 mil ou mais, para destruir uma sociedade de pessoas que buscavam o bem estar em comum sem exploração dos seus meios de produção, além de viverem estilos próprios de vida, em razão de rejeitarem as imposições da oligarquia local e do regime republicano.

Os canudenses lutavam contra tropas infinitamente superiores. A primeira expedição era composta de 100 soldados, a segunda de 600, a terceira de 1.200 e a quarta de cerca de 10 a 12 mil soldados. Venceram as três primeiras e só foram derrotados pela última, depois de infringir enormes baixas ao inimigo (MOURA, 2000, p.46).

Na sociedade brasileira, aqueles que lutavam contra a exploração das classes dominantes foram severamente perseguidos e forçados a aceitar a exploração, enfrentavam em sua falta de auxílio governamental as dificuldades, e em alguns períodos desse Brasil, eram proibidos a se comportar como eles próprios, tendo que se calar e para assistir a elite usufruir sozinha dos benefícios que deveria ser de todos.

Brasil de país de pessoas escravizadas, o país sem escravidão legal, porém de uma sociedade de privilégios para quem tem muito. O domínio das terras nas mãos dos latifundiários, os governantes se dedicaram na proteção do latifúndio, predominavam o poder oligarca nas regiões brasileiras, seus projetos não podiam ser contrariados por outro tipo de projeto, apenas suas ideias eram verdadeiras, outros projetos tinham que se subordinar a seus propósitos. Em relação aos seguidores de Antônio Conselheiro, pagaram caro com suas vidas por sonharem em dias melhores.

O liberalismo republicano, num pacto com as oligarquias latifundiárias destruíram até o último homem os habitantes de Canudos que ousaram pôr em execução um projeto de sociedade igualitária e de comunitarismo rústico, mas capaz de satisfazer os seus desejos e necessidades (MOURA, 2000, p.47).

Os camponeses de Canudos viviam com autonomia, buscando a reprodução de suas vidas sem exploradores e explorados, não buscavam a desigualdade social na participação econômica, todos eram amparados pelos mesmos direitos. A condenação feita contra aqueles camponeses pela República que nascia naquele período se apresentou como uma atitude fascista, os defensores do novo regime autoritário tiveram atitude desumana contra a forma de sobrevivência da comunidade camponesa de seguidores de Antônio Conselheiro.

Em Canudos não existia efetivamente uma estrutura partidária que aglutinasse o movimento, muito menos um projeto para o conjunto da nação. Mas tanto na teoria como na prática criou-se uma comunidade de pessoas que elaboraram sua própria definição para a educação, para a moral, para a religiosidade, para o trabalho, para a defesa etc (MOURA, 2000, p.26).

As definições da comunidade de Canudos foram vistas como uma ofensa para a República por causa de levarem uma vida independente de não favorecimento de seus interesses, com a República aliada as oligarquias e as classes dominantes, o exército do Governo republicano buscaram satisfazer a vontade das minorias dominantes, sem contar que esses poderosos da República contra a sociedade de Canudos, eram ligações de correntes antigas, as raízes coloniais que permanecera com o governo republicano.

Aos gritos do liberalismo mais exacerbado, os políticos republicanos fizeram um pacto com a antiga classe senhorial escravista, conservando-lhe o poder e os instrumentos de dominação. A estrutura agrária, ainda uma herança sesmarial da Colônia, mostrou como ainda funcionava com os seus mecanismos de repressão intactos (MOURA, 2000, p.53).

As atitudes desumanas dos exploradores coloniais no Brasil com os povos indígenas e escravos, praticada durante a colonização do território brasileiro, foram se adaptando a qualquer cenário, como um projeto infalível dos dominantes sobre os dominados, o ambicioso desejo de sugar as riquezas para quem tem mais, aliado ao poder público, acontecendo de forma combinada, foi fundamental para o crescimento da miséria do Brasil.

Os camponeses que lutam por um pedaço de terra eram e são criminalizados, que não tem onde trabalhar, esses têm probabilidade de carregarem uma herança

de falta de oportunidade de seus antecedentes, como da mesma forma são criminalizados pela elite latifundiária, no conservadorismo governamental da estrutura política brasileira que sempre procurou manter as terras nas mãos de poucos sem mudar a estrutura fundiária. Resta pensar que o domínio colonial português e suas heranças no Brasil foram os responsáveis por toda violência contra os sem terras e manutenção de exploração e prática de modelo capitalista.

#### **1.4 – A política de combate à seca no semiárido brasileiro**

As grandes calamidades sofridas pelas vítimas nos períodos de secas tiveram duração que parecia eterna, quando levado em consideração os projetos de pouca eficiência durante séculos, ocorrendo seca e mais seca e pouco trabalho realizado. Os governantes do período colonial não tiveram preocupação com esse problema, não engajaram estruturas que caminhassem ao foco do desenvolvimento de um projeto eficiente para diminuir o sofrimento da população semiárida nordestina, que realmente trilhasse uma linha mais definida. Tal fato somente vai acontecer no governo republicano.

A primeira grande obra de combate à seca realizada pelo Governo Imperial como resposta à Grande Seca foi a construção do Açude do Cedro, no Ceará, iniciada em 1884 e concluída somente em 1906, já no governo republicano. O Cedro marcou o início do planejamento e da implementação de grandes barragens no Brasil (LIMA E MAGALHÃES, 2018, p.199).

As medidas de combate às secas do final do século XIX ao início do século XX foram marcadas pela má aplicação de recursos, desvio dos mesmos e sem planejamento. A União estava direcionada pra deslocamento de trabalhadores, inclusive o governo estabeleceu, na seca de 1898 e 1900, transporte gratuito para os retirantes que interessassem viajar pra trabalhar nos seringais no Amazonas ou para lavoura do café no Centro-Sul, na produção de produtos de exportação brasileira (SILVA, 2006).

Antes da República, o governo imperial teve uma tentativa de fazer algo em favor do combate às secas pouco antes de sua queda, mas não chegou a finalizar a criação de um projeto de grande potencial, que pudesse proporcionar a diminuição das calamidades das secas no semiárido nordestino. Isso somente ocorrerá com a criação do IOCS, Inspetoria de Obras Contra as Secas.

Somente com a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (locs) com base no Decreto n. 7.619, de 21 de Outubro de 1909, estaria sendo estabelecido um novo patamar na ação estatal. Vinculado ao Ministério de Viação e Obras Públicas, o órgão tinha forte tendência técnica inspirado no exemplo do U.S Bureau of Reclamation, que atuava com a irrigação em larga escala da região árida dos Estados Unidos da América (SILVA, 2006, p.48).

A Inspetoria de Obras Contra a Seca (IOCS), criada pelo Decreto nº 7.619 em 21 de outubro de 1909, depois alterada pelo Decreto nº 13.687 de 1919 que cria a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), é novamente alterada em 1945 uma vez que o IFOCS se transformou em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). As mudanças foram acontecendo nos nomes desses órgãos, mas os problemas enfrentados na execução desse projeto foram se reproduzindo, entre eles a falta de verbas necessárias para estabilizar o andamento do projeto.

Essas políticas de combate às secas, que aconteceu com o IOCS, não apresentaram resultados imediatos em seus serviços científicos, o mesmo foi reduzido. O projeto enfrentou escassez de verbas, o que dificultou o andamento dos serviços. Foram substituindo cada órgão por outro e sempre surgindo novos problemas, essas políticas foram marcadas por diversos problemas, quando em momento de redução de recurso de combate à seca e entre outros motivos. As dificuldades dessas políticas têm a questão do enfrentamento aos políticos das oligarquias que sempre buscavam impedir o desenvolvimento, procuravam aproveitar as situações de calamidades em benefícios próprios.

Durante os dez anos de sua existência, o locs enfrentou o problema da escassez de verbas para o seu funcionamento e para acelerar as obras que estavam em sua coordenação. A falta de verbas, que impedia o desenvolvimento dos planos daquele Órgão, motivou a apresentação de uma proposta de criação de um “fundo de irrigação” para financiamento das obras do Nordeste, apresentada pelo Deputado Federal Elói de Souza em 1911. Novas mudanças ocorreram apenas a partir de 1919 (SILVA, 2006, p.49).

No governo de Epitácio Pessoa, que inicia em 1919, substitui o IOCS pelo IFOCS através do decreto de 13.687, as secas não deixaram de devastar as regiões sertanejas, que enfrentara novo quadro de seca em 1920. Os problemas eram de grande destruição da vida, desde a fome, prostituição, doenças, sendo suficiente para o governo de Epitácio conseguir recursos rapidamente pelo Congresso Nacional, que tinha aprovado parte dos recursos solicitados. Segundo Marco

Antônio Villa, entre 1920 e 1922 foram construídas obras importantes na região nordestina:

Em pouco mais de dois anos, entre 1920 e meados de 1922, foram construídos no Nordeste 291 quilômetros de estrada de ferro, e mais 304 quilômetros estavam com o leito preparado para a colocação dos trilhos e outros 104 quilômetros em construção. As estradas de rodagem ganharam cerca de 500 quilômetros pavimentados, mil quilômetros estavam em construção e havia aproximadamente 1.200 quilômetros de caminhos carroçáveis. Foi levantado uma ampla rede telegráfica, os pontos foram reformados, construíram-se 230 açudes e foram perfurados mais de uma centena de poços (VILLA, 2010, p.133).

O governo de Epitácio Pessoa por mais que tenha construído obra importante no Nordeste do Brasil, não teve boa relação de apoio para se fortalecer politicamente durante seu governo, quando em momento algum a elite política nordestina teve condições de sustentação de apoio que fortalecesse o seu poder, muito menos agradou os interesses da política do café-com-leite, quando se refere a uma das medidas de desapropriação de terras e taxas das propriedades não cultivadas, serviu para fortalecer a oposição. O governo de Epitácio acabou terminando enfraquecido. No governo de Artur Bernardes, foram sendo reduzidos gradativamente os recursos de combate às secas no Nordeste, sendo paralisado todo o projeto anterior, foi um governo que contribuiu para o atraso da região nordestina.

As autoridades brasileiras atuaram combinadas com o interesse das elites, para resolver os principais problemas das crises hídricas do semiárido, muitas barragens foram construídas com cooperação dos grandes proprietários, os recursos de combate às secas eram controlados pelas oligarquias locais, a água era mais em benefício do criatório de gado e produção algodoeira dos grandes proprietários, do que para implantação da cultura de subsistência, ou melhor, os que mais precisavam ficavam em segundo plano.

As Frentes de Emergências<sup>1</sup> para os necessitados serviam para o enriquecimento dos políticos e em benefício dos grandes proprietários das cidades sertanejas, usavam o dinheiro do Estado em benefícios próprios, utilizando a mão-

---

<sup>1</sup> As frentes de emergências foram políticas públicas de combate à seca, que os representantes políticos das áreas de secas, por conta da fome que castigava a população mais carente, recebiam ajuda do governo federal para contratar trabalhadores para trabalhar limpando barreiros ou barragem e receber um valor muito baixo, enquanto os que administravam o dinheiro chegava a desviar em seu benefício, fazia política com as vagas de serviços, até mesmo alistava trabalhadores fantasmas (SILVA, 2006).

de-obra dos trabalhadores das frentes nas grandes propriedades, priorizando os eleitores reais dos coronéis. Entre seus eleitores e trabalhadores, muitos eram fantasmas, prática de um sistema fraudulento para se favorecerem com a miséria dos mais pobres.

Em todos os momentos de combate à seca houve obstáculos, se já não bastasse todo o sofrimento dos sertanejos mais desprovidos, intensificaram o problema com favorecimento dos representantes políticos locais, proprietários de terras alinhados a oligarquias dominantes, nas construções das barragens da região sertaneja, que buscaram o domínio da água para controlar da forma que quisessem, prejudicando a população mais necessitada.

Com toda trajetória de tentativa de minimizar os impactos das secas do semiárido, as oligarquias por outro lado atuavam com muita determinação para manterem seus privilégios no uso dos recursos de combate aos efeitos das secas nas regiões sertanejas. Em respostas às injustiças das oligarquias, o DNOCS cria um projeto de lei para a colonização das terras, que ficavam ao redor das barragens construídas pela União.

O posicionamento do Dnocs sofreu forte reação dos representantes políticos das oligarquias rurais sertanejas, que o denunciaram como uma proposta subversiva e adepta do comunismo, e impediram por mais de uma década que fosse implementada (SILVA, 2006, p.54).

No Brasil, as elites dominantes sempre tiveram preocupadas de impedir o desenvolvimento das classes pobres e os movimentos populares que buscavam melhorias, é notável que quando tem relato de figura importante defensora dos menos favorecidos, como Josué de Castro médico e depois geógrafo, que por defender os menos favorecidos não era bem aceito pelos governantes e elites brasileiras.

Castro, um dos que defendia a participação popular, conflitava suas ideias com a oligarquia agrária que perdia força na revolução de 1930, sua obra era em defesa das melhorias para os mais pobres, com mais participação nas rendas, defendia as classes populares, ao contrário dos desejos daqueles que faziam parte do poder oligárquico, esses, acostumados aos privilégios, buscaram desviar qualquer benefício destinado aos mais necessitados, havia a mania de se aproveitar de suas influências para diminuir as possibilidades de melhoria dos menos favorecidos, Josué de Castro afirma que:

A meu ver todo o sistema de fatores negativos que entravam as forças produtivas da região são oriundos da arcaica estrutura agrária aí reinante. Todas as medidas e iniciativas não passarão de paliativos para lutar contra a fome, enquanto não se proceder a uma reforma agrária racional que libere as suas populações da servidão da terra, pondo a terra a serviço de suas necessidades (CASTRO, 2011, p.244).

As políticas públicas de defesa dos mais desamparados são políticas de afrontamento das elites brasileiras, as políticas públicas na maioria das vezes foram defensoras dos interesses das oligarquias agrárias nacionais. No século XX, buscaram defender não só os interesses oligarcas, mas os interesses das empresas dos grupos econômicos internacionais, sobretudo na defesa do capitalismo, um sistema que ignora as classes populares.

### **1.5 - O latifúndio e a violência no campo**

Os movimentos camponeses que lutam por reforma agrária têm sido desrespeitados pelos latifundiários em seus acampamentos, quando são surpreendidos pelos ataques dos capangas dos latifundiários. Os governantes desse país são um dos responsáveis pela violência no campo, uma prática de autoridade que têm acobertado muitos crimes praticados pelos latifundiários contra camponeses que buscam o direito a um pedaço de terra. A falta de interesse dos governantes em fazer reforma agrária e os apoios aos latifundiários contribuem para o aumento da violência no campo.

Ela vai da destruição de roças, invasão de lares, tortura no trabalho, estupro de camponesas, intimidação e assassinatos individuais ou de grupos de trabalhadores no campo. Para isto recorrem a pistoleiros profissionais, capangas, ou mesmo criminosos comuns. A UDR (União Democrática Ruralista) é o braço legal e procura dar cobertura aos crimes e escondê-los ou, em última instância, culpar os próprios camponeses pela violência (MOURA, 2000, p.92).

A UDR (União Democrática Ruralista) é, em si, uma organização criminosa, paramilitar contra os trabalhadores do campo, até mesmo aumentar os massacres e extermínio no campo tem sido o seu papel, se não é responsável, mas dá cobertura. É a protetora dos grandes latifundiários, vem buscando proteger criminosos de camponeses, uma imoralidade representada politicamente por uma bancada parlamentar a serviço de poderosos do latifúndio, uma barreira contra os pequenos camponeses sem um pedaço de terra para plantar.

Os órgãos de divulgação e comunicação somente se ocupam do assunto quando a violência se visibiliza como nos massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, quando a opinião nacional viu pela televisão camponeses serem executados pelos órgãos da repressão. Mas, a violência cotidiana contra a vida, a honra, a propriedade do camponês, no dia-a-dia, no seu trabalho cotidiano, isto tudo é acobertado pela UDR, o braço político dos latifundiários (MOURA, 2000, p.92).

A justiça tem feito vista grossa para o latifúndio e criminosos de pessoas do MST. A proteção aos criminosos, representada no latifúndio, não é estendida aos membros do MST, ao contrário, quem se apresenta como parte do MST sofre a criminalização, buscam uma justificativa de desclassificar aqueles que não têm onde trabalhar. Estes não têm o direito de reivindicar um pedaço de terra para produzir alimentos e sustentar sua família, são massacrados por capangas de fazendeiros donos de muitas terras.

Quando a líder dos Sem Terra Deolinda Alves foi presa, acusada, entre outras coisas de formadora de quadrilha é recolhida como presa comum ao presídio do Carandiru em São Paulo sem nenhum dos benefícios a que os presos políticos têm direito. Foi presa como criminosa comum e com isto o governo brasileiro continua dizendo que no Brasil não há presos políticos. Essa criminalização dos movimentos sociais e por isto políticos dos camponeses, como vemos, passa pelo massacre de Canudos e se estende até os nossos dias com as prisões e mortes dos membros do Movimento Sem Terra (MOURA, 2000, P.55).

A falta de interesse dos governantes de criar projetos para os pequenos camponeses e a falta de justiça para combater a violência no campo, são episódios lamentáveis no Brasil. Essa política de parlamentares protetora de bandidos, que trabalham na destruição dos sonhos de trabalhadores do campo, precisaria buscar promover o bem estar social das pessoas, principalmente projetar uma distribuição de terras para aqueles que querem trabalhar, ao contrário, vem apoiando o latifúndio na violência e assassinato de pessoas que lutam contra a concentração fundiária, e tem dificultado a produção de alimentos com as terras que não cumpre sua função social.

## Capítulo 2 - A Guerrilha de Pariconha: a resistência no Sertão de Alagoas

O Brasil tem uma rotina de descaso no que se refere ao combate às calamidades públicas. Os governantes dificilmente cumprem suas obrigações diante da sociedade. O posicionamento do governo federal para resolver a questão da fome foi na maioria das vezes, enfraquecido, temos na constituição de 1934 no artigo 177 o destino de 4% da receita tributária pela União, da mesma forma deveria ser destinado o mesmo percentual dos estados e municípios. Esse recurso financeiro era de obrigação ser cumprido pelos governantes, já em 1935 não aconteceu como previa no artigo 177 da constituição, como afirma Villa:

Na despesa geral os gastos nessas obras não representaram mais do que 1,5%. O Congresso nacional foi perdendo poder e Getúlio preparava o terreno para o golpe do Estado Novo. No ano anterior ao golpe, em 1936, pela lei 175, foi delimitado o polígono das secas, abarcando o semi-árido dos estados do Ceará, de Alagoas, de Sergipe, da Bahia, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco, limitando a área de ajuda do governo federal, mas deixando inexplicavelmente de fora o Piauí, que tinha sido duramente atingido pelas secas ocorridas no século XX (VILLA, 2001, p.160).

Após o golpe de Getúlio Vargas de 10 de novembro de 1937, seu governo impede a mídia de divulgar as notícias do flagelo, assim evitava que as notícias chegassem à população. O IFOCS atuou de forma insuficiente nos anos de 1933 a 1942, levando o governo federal a tomar a decisão de transportar os flagelados para o sul e para a Amazônia, os proletariados devido às dificuldades de se alimentarem por conta da carestia e falta de apoio dos proprietários rurais do Nordeste, foram entregues aos poderes públicos. Começou o movimento dos flagelados do Nordeste para trabalharem em regiões determinadas pelo governo, como medida de redução das calamidades encontradas na região nordestina e como formação do exército de reserva de força de trabalho.

A migração de trabalhadores no governo de Vargas se repete nos anos de 1942 e 1945 para a Batalha da Borracha. Os acordos assinados com Washington, em março de 1942, de produzir borracha para os Estados Unidos para a indústria militar, onde o Brasil estava empenhado na declaração de guerra contra as nações do eixo, que tinha entre as nações representantes: Alemanha, Japão e Itália. Foram milhares de retirantes nordestinos para Amazônia para suprir as demandas de borracha solicitada pela indústria militar americana.

Milhares de retirantes foram levados para Amazônia entre 1942 e 1945 na chamada Batalha da Borracha. O Brasil tinha declarado guerra às nações do eixo (Alemanha, Itália e Japão) e se incorporado ao esforço militar dos Aliados. Para isso foram assinados os acordos de Washington, em março de 1942, que, entre outras medidas, determinaram ao Brasil ampliar rapidamente a produção de borracha, vendendo o excedente para os Estados Unidos, que o empregaria na indústria militar (VILLA, 2010, p. 161).

Após o fim do governo de Getúlio Vargas, foi eleito presidente pela coligação Partido Social Democrático e Partido Trabalhista Brasileiro (PSD-PTB), o marechal Eurico Gaspar Dutra, seu governo seguiu as velhas práticas modeladas no descaso que já vinha há muito tempo, sempre na falta de competência de fazer uma política de responsabilidade com os mais sofridos, seu governo descumpriu o artigo constitucional 198, que deveria transferir 1.593.722.145 cruzeiros nos anos de 1947 a 1950, não aconteceu como previa no artigo constitucional daquele período.

Entre 1947 e 1950, de acordo com o artigo 198, deveriam ser transferidos para o Nordeste 1.593.722.145 cruzeiros, mas as dotações orçamentárias para o DNOCS no mesmo período chegaram somente a 493.538.813 cruzeiros, menos de um terço do que determinava a constituição. Porém, as verbas que o governo efetivamente autorizou para o DNOCS alcançaram apenas 165.430.501 cruzeiros. Assim, dos recursos que deveriam ser destinados à região, foram recebidos somente 10% do total (VILLA, 2010, p.166).

Getúlio Vargas volta a governar o Brasil em 1950. Já em 1951 aparece uma seca que se estende até o ano seguinte, motivando pessoas desesperadas a invadirem feiras e praticarem arrombamento de armazéns e levarem alimentos pra não morrerem de fome. Há relatos que afirmam que as migrações para a Amazônia, uma nova etapa dos flagelados que buscaram a migração ocorreu em pau-de-arara, cerca de 90% eram sem terras e 10% eram proprietários de minifúndios.

Os camponeses e outros sujeitos sociais mostraram-se insatisfeitos porque os governantes estavam ao lado do latifúndio. Os camponeses viviam com grande dificuldade na região semiárida nordestina e no sertão alagoano, que não estava fora das áreas atingidas pelas secas, a população foi se organizando, porque o problema não se resumia somente na falta de chuva, pois não eram as secas a responsável principal das calamidades anteriores, nem as do momento que os camponeses passavam. A revolta dos sujeitos do campo poderia ser mais pela injustiça, os camponeses procuraram se organizar, justamente por se sentirem abandonados pelos governantes. Segundo Clóvis Moura:

O período de 1950 até o estrangulamento dos movimentos camponeses feitos pela ditadura militar, é rico em movimentos no campo, como o de Porecatu, no Paraná. Movimento de posseiros que eram sistematicamente expulsos de suas terras pelos grileiros da região. No final de 1950 “sob a liderança de José Billar” a região oeste vive um processo de guerrilha, sendo a ação política definida pelo Comitê Regional do Partido Comunista de Londrina, no Paraná, e em Presidente Prudente e Assis, no Estado de São Paulo (MOURA, 2000, p.114).

Os camponeses que não possuíam uma propriedade de terra ficavam dependentes de uma terra arrendada, essa situação a qualquer momento podia piorar para uma família sem ter sua terra própria, ficava na expectativa de plantar alimentos nas terras dos grandes proprietários, para arrendar terras ou trabalhar como proletário. Na região semiárida vem a questão das secas, pois quem não tem terra são os mais vulneráveis. Os governantes brasileiros não tiveram uma boa atuação no combate às secas, as medidas de combate às secas, absolutamente ineficientes, não tinham coerência nas propostas.

Enquanto as famílias passavam fome no período das secas no semiárido nordestino, as autoridades governamentais usavam os órgãos de combate à seca para se promoverem politicamente em cima do sofrimento daqueles mais sofridos, sem contar com desvios de recursos destinados às vítimas da seca. A corrupção no DNOCS e no DNER teve grande destaque, serviu para alimentar o desejo dos militares, depois das eleições de Juscelino Kubitschek, quando foi enviado para o Nordeste o coronel Orlando Ramagem, que era subchefe da Casa Militar da Presidência.

O coronel Orlando Ramagem é enviado para averiguar as denúncias de corrupção do DNOCS e do DNER, ele confirmou as evidências, saiu elogiado em seu relatório enviado ao presidente da República, relatando o desvio de dinheiro dos flagelados para uso de compra de votos para os candidatos do governo, desmoralização da sociedade civil no descaso, do péssimo tratamento as pessoas flageladas pelas autoridades governamentais, e as pessoas de apoio de prestação de serviços, segundo o relatório feito pelo coronel. Diante desse quadro o exército foi elogiado. No relatório o coronel propõe militarização do combate às secas, insistia baseado nas denúncias de corrupção. O poder militar de certa forma se fortalecia nos elogios, dando condições de preparação para o golpe de 1964 (VILLA, 2001).

O golpe de 1964 foi mais um episódio que teve uma nova forma de descaso, não deu continuidade aos projetos em andamento, buscou a desorganização das políticas de desenvolvimento de combate à fome e foi um governo de atualização monetária dos recursos. O trabalho realizado por Celso Furtado foi abandonado, quinze anos perdidos, o BNB, o GTDN e a SUDENE não tiveram mais autonomia, e a falta de planejamento do governo em relação ao combate às secas do Nordeste mostrou que o governo militar não se preocupava com aqueles mais sofridos nas épocas de secas.

A Sudene, por obrigação legal, em cumprimento do decreto 47.890 de 9 de março de 1960, desde 1966 apresentava anualmente um plano de emergência para a eventualidade da ocorrência de uma seca. Após sua militarização, com o golpe militar de 1964, passara a agir mais como uma repartição pública tradicional, do que como uma agência de desenvolvimento do Nordeste. Para a região do semi-árido, a ação da Superintendência foi mais omissa do que em relação aos empreendimentos realizados no litoral<sup>2</sup>. Os planos de emergência anuais não passaram de relatórios vazios, sem nenhum fim prático (VILLA, 2010, p.198 e 199).

A Ditadura Militar além de não possuir um bom papel no combate às secas do Nordeste, não era um bom governo para classe trabalhadora, isso teve demonstração nas atitudes de repressão aos diversos movimentos de contestação à ordem, as pessoas tinham que viver sob o autoritarismo absurdo do poder militar, sem expectativa de dias melhores, o regime militar queria que a nação esperasse pela boa vontade de seu governo, que pouco contribuía para atender as necessidades da população.

Por conta das secas nas regiões semiáridas, principalmente nas áreas sertanejas, as migrações foram uma das oportunidades de camponeses fugirem da fome, muitos migravam, não foi diferente na vida de muitos que participaram da guerrilha, como aconteceu com seu José Correia:

*Eram comuns as migrações, principalmente pra zona da cana cortar cana, pra São Paulo, e outras regiões do Brasil onde tinha emprego, o pessoal migravam pra lá né? Aqui não tinha oportunidade, aqui só era roça mesmo. Antes de entrar no movimento saí pra trabalhar em São Paulo, eu trabalhei em São Paulo de torneiro mecânico (entrevista realizada no dia 23/07/21, Pariconha, AL).*

A luta pela sobrevivência sempre tem seus momentos, os trabalhadores buscaram se deslocar em busca de trabalho assalariado em outras regiões, em outros momentos se mantiveram em seus próprios lugares, mesmo em dificuldades causada pela seca, como os sertanejos alagoanos de Pariconha. Buscaram sua

permanência no próprio lugar diante de um regime autoritário que não possuía compromisso com a nação. Sentiram-se abandonados quando não tinham nem alimentos para sua família e percebiam a falta de atenção e a repressão ao mesmo tempo.

Como o golpe de 1964 não permitia a existência de movimentos sociais, não restava outra opção, senão buscarem uma preparação para combater a violência da Ditadura. Os camponeses de Pariconha<sup>2</sup> levavam uma vida difícil, os integrantes da guerrilha como trabalhadores rurais entre os quais estavam representados como indígenas e camponeses. Segundo Amaro Hélio da Silva, os indígenas do povo Geripankó<sup>3</sup>, do Povoado Ouricuri, tiveram ligação com a Ação Popular (AP), em Pariconha, durante o Regime Militar.

Durante o Regime Militar, os índios Geripankó estiveram em contato com AP, que teve em seu plano de ação, entre outros objetivos, a luta armada. Como se pode notar, ocorria uma situação política aparentemente inusitada: o encontro de uma sociedade indígena com um movimento político revolucionário (SILVA, 2007 p.85).

A Ação Popular (AP) surgiu da estrutura ligada à Igreja Católica, emergido do interior da Juventude Universitária Católica (JUC), que fazia parte da Ação Católica (AC), uma organização voltada para os leigos. Na Ação Católica havia outros grupos especializados, como a Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Agrária Católica (JAC) e da Juventude Independente Católica (JIC), a JUC por volta de 1950 teve o objetivo de reafirmar os ideais da Igreja, valorizando a ordem e a harmonia social (SALES, 2016).

O movimento de guerrilha estava ligado a AP, a ideia de formação de guerrilha não foi criada em Pariconha, era ideia copiada de fora, só o movimento que se criou que era do próprio lugar, chegaram companheiros de fora para se juntar aos camponeses e indígenas dessa região do Alto Sertão Alagoano.

Ainda segundo Amaro Hélio da Silva, a AP era um movimento de uma ação política mais radical, perseguidos durante a ditadura, alguns militantes dessa AP se uniram aos trabalhadores rurais e indígenas do alto sertão, e esse povo sertanejo buscou uma identidade com seus problemas e sua luta (SILVA, 2007).

---

<sup>2</sup> O município de Pariconha, quando da realização da mencionada guerrilha, pertencia à Água Branca. A emancipação de Pariconha aconteceu em 1988.

<sup>3</sup> Além de Geripankó, no município de Pariconha existem outros dois povos indígenas: Karuazu e Katokinn, somando três Adeias no Município.

Se tratando do movimento de guerrilha em Pariconha, e não descartando a presença dos participantes de fora, que estavam juntos com eles, que depois do fim da guerrilha, ficaram apenas o pessoal da localidade para contar a história desse movimento. Como o jeito de governar da ditadura era duro em todo Brasil, dessa forma ligava os camponeses de Pariconha a outros companheiros de fora, como afirma o indígena Seu Antônio Galego:

*Era guerrilha. O motivo foi esse, apareceu uns homens aqui, vou contar direito, esse pessoal chegou orientando o povo, sobre a seca, sobre a fome, sobre a miséria né? Então nos lutamos, batalhamos com eles aqui, nós tinha apoio Pra eles, quando era a parte da noite nós fazia reunião, pelo dia ninguém podia mode a repressão, então nós batalhava isso aí, mais Zé Correia, finado Josué, Baião, mais Zé Mafú do Pariconha, e mais o pessoal aqui, nos respeitava o pessoal que vinha de fora, vinha de Maceió, vinha de Recife, trabalhamos como guerrilheiro, batalhamos, Lula que foi Presidente estava com nós também, Renan Calheiro (entrevista realizada no dia 24/07/21, Serra do Engenho, município de Pariconha, AL).*

Pariconha sendo localizado no sertão alagoano, não tinha garantia de produção de alimentos suficiente devido à dependência das chuvas, que eram irregulares e, da mesma forma, a dificuldade por água era grande. Nos anos 60 do século XX, o sustento dos moradores de Pariconha vinha da agricultura, passavam necessidade em períodos de seca. As condições das pessoas trabalhadoras do campo no sertão alagoano naquela época eram de dificuldades, viviam abandonados pelo poder público, perturbados pela repressão proveniente do golpe de 1964, tinha motivo para se prepararem para o pior, como afirmou o camponês Sebastião Rufino da Silva (Seu Baião):

*Nossa luta foi o começo da guerrilha, foi criado mais por causa da ditadura né? Do golpe de 64. Naquele tempo faltava tudo, faltava médico, faltavam alimentos, que eles não cuidava disso. O povo passava muita fome, se o povo tivesse tudo preparado tinha que fazer guerra, que eles não aceitavam o que nós queria, tinha que ser com guerra. Politizava o pessoal a fim de uma luta, de uma guerra, até pegar em arma se possível (entrevista realizada no dia 21/07/21, Pariconha, AL).*

Os participantes da guerrilha, como a maioria da população sertaneja alagoana, eram desprovidos de serviços básicos, o governo não dava assistência aos camponeses do sertão alagoano, provavelmente naquele período, todo o país existia grupos de pessoas inconformadas com a situação, causada pelo golpe militar.

É provável que a maioria da nação brasileira enfrentava privações, pois não tinham assistência, quando não tinham assistência ao mesmo tempo não tinham

direito à liberdade, revelando um desconforto, conforme versões de pessoas que sentiam suas angustias diante do comportamento do governo ditador, após o golpe de 1964.

Os participantes da guerrilha de Pariconha sentiam na pele o mesmo que outras pessoas de outras regiões do país, a repressão, proibidos de viver suas vidas com tranquilidade, proibidos de andarem livres como deveria ter sido, tudo que fosse fazer era de acordo com as regras da ditadura, a nação brasileira era limitada ao projeto repressivo ditatorial. Com o andar dos cidadãos controlado, era essa a forma de comportamento do governo ditador, a partir de 1964, que revoltava os camponeses e indígenas como Seu Jaime Correia que afirma em sua entrevista:

*Os motivos da nossa guerrilha foi o seguinte, a gente estava combatendo com a ditadura, a gente não aceitava a forma que os governantes tratavam as pessoas, então a gente estava formando uma guerrilha, conseguimos formar uma guerrilha aqui em Pariconha, como já existia outras em outros estados, como ali no Araguaia mesmo. O que faltava pra população era liberdade, que não tinha, na época quando surgiu a ditadura, todos nós vivíamos no regime militar, toda população, você não podia andar nas ruas de duas três pessoas, você não podia fazer uma festa dentro da sua casa, um casamento por exemplo, você não podia fazer se não fosse com autorização da polícia, então nós queria liberdade (entrevista realizada no dia 22/07/21, Pariconha, AL).*

A ditadura era um tempo de muita angustia desses guerrilheiros, houve a necessidade de formar um movimento que poderia ser pego pela polícia, além do risco de serem executados pelo regime militar. Na guerrilha existia um pequeno contingente de camponeses, além da participação indígena. Os povos indígenas, como é sabido, foram historicamente perseguidos desde o início da colonização e jamais tiveram sossego, pois governos conservadores sempre buscaram dificultar suas vidas.

Os indígenas no período da ditadura não deixaram de lutar pelos direitos de seus povos. Os povos indígenas foram roubados, e junto com mestiços, negros e brancos combateram o Regime da Ditadura, que era inimiga da classe trabalhadora brasileira e dos camponeses de Pariconha da mesma forma, porque a ditadura repreendia qualquer pessoa que contrariasse seu regime.

É da razão do sistema capitalista desapropriar todo meio de produção. Ao ser desapropriado da terra, o índio perde o ponto central de sustentação material. Para sobreviver, o índio teve de lidar com os interesses do capital e ser transformado em reserva de mão-de-obra. Esta é uma das formas, preferencialmente, a partir da qual dá-se a continuidade da sociedade indígena em confronto com o

capital; ou seja, ele estará como trabalhador e despossuído da terra (SILVA, 2007 p.119).

No caso dos povos indígenas, já estavam acostumados a serem perseguidos e correrem riscos de vida desde quando o Brasil foi dominado pelos portugueses, e no período da Ditadura Militar perseguidos no papel de camponeses, quando participaram da então Guerrilha de Pariconha.

Os motivos da criação da guerrilha foram diversos, porque onde existisse trabalhadores eram atingidos pela forma de governar da Ditadura Militar. Estes golpistas tinham um modelo de apoio à exploração do trabalho, como de fato aconteceu, por ter mantido as oligarquias ou os coronéis no domínio de tudo, a forma que a ditadura queria era a conservação das elites, além da preservação do capitalismo.

No golpe contra o governo de João Goulart, aparentavam uma preocupação de evitar problemas para o capitalismo na época, desse modo buscaram garantir a exploração dos trabalhadores com seu regime autoritário e representado nas autoridades locais, isso é evidente na fala do indígena Seu José Correia.

*Houve vários motivos de criar a nossa luta, primeiro foi a exploração de nossa produção, compravam do preço que eles queriam e vendiam do preço que eles queriam também, e a perseguição política. A população precisava de terra pra trabalhar que não tinha, precisava de crédito pra trabalhar na agricultura que não tinha, garantia de preço mínimo e merenda escolar (entrevista realizada no dia 23/07/21, Pariconha, AL).*

O domínio da Ditadura Militar estava a serviço da hegemonia do capitalismo, com o propósito de barrar o socialismo, a ditadura governava com ameaça aos defensores de um sistema de valorização dos trabalhadores. Amaro Hélio Leite da Silva afirma que:

A AP chega ao alto sertão com o objetivo de formar uma guerrilha camponesa. Inspirada pela revolução chinesa, acreditava ser possível formar as massas rurais para uma guerra popular, cercando as cidades pelo campo tal como pensava a AP em suas origens ao privilegiar o meio rural (SILVA, 2007, p.150)

Os camponeses de Pariconha buscaram se organizar para combater o regime militar porque se sentiram oprimidos na forma de governar desse regime, estavam passando momentos difíceis, queriam sobreviver diante das dificuldades de suas vidas, não poderiam aturar um regime repressivo, como já não bastassem as

dificuldades que tinham com a falta de alimentos como se percebe na fala do indígena Seu Manoel de Cesário:

*A guerrilha preparava para o povo se revoltar contra a ditadura, porque o povo estava com fome, o povo queria era comer, queria ter direito, não tinha direito. A guerrilha era pra preparar pra uma guerra mesmo. As armas tinham, mas eu não sabia de onde vinha, se vinha de estrangeiro, se era Chinês, se era Japonês, eu sei que nos tinha contato com a China, o Presidente Mao Tsé-Tung (entrevista realizada no dia 24/07/21, Serra do Engenho, município de Pariconha, AL).*

Seu Manoel de Cesário mostra que a fome era um problema do povo de sua comunidade. Os pais de família que viviam no sertão nordestino nos anos 60 do século XX, como agricultor, quando um benefício do governo era difícil, deviam enfrentar momentos desesperadores nos períodos de grandes secas. As pessoas passavam fome e não podiam se manifestar contra as autoridades, sendo elas que poderiam fazer algo para minimizar as dificuldades, tornando uma situação revoltante. Sem apoio dos governantes e sem direito de lutar por dias melhores, os camponeses e os indígenas sofriam com falta de alimentos sem ter o direito de reclamar.

*A sensação de fome não é uma sensação contínua, mas um fenômeno intermitente com exacerbações e remissões periódicas. De início, a fome provoca uma excitação nervosa anormal, uma extrema irritabilidade e principalmente uma grande exaltação dos sentidos, que se acendem num ímpeto de sensibilidade, a serviço quase que exclusivo das atividades que conduzam à obtenção de alimentos e, portanto, à satisfação do instituto mortificador da fome (CASTRO, 2001, p.229).*

Os camponeses e os indígenas de Pariconha, sozinhos, não tinham como enfrentar o poder da ditadura, era apenas mais um grupo de pessoas que abraçaram essa causa. Buscavam uma solução para os problemas, e em outras regiões brasileiras já tinham pessoas se organizando, é tanto que muitos militantes foram perseguidos pelo regime. No sertão alagoano existia a fome que poderia ser o maior problema dos camponeses, pelo menos em relação ao litoral que poderia ter fome, mas no sertão não tinha emprego, sem contar com outro fenômeno para castigar os camponeses, a seca e a falta de assistência no campo, que pudesse minimizar o sofrimento dos camponeses, como pode ser observado no depoimento da indígena Dona Maria do Carmo Alves (Caboca):

*A gente tinha sete filhos, tudo morrendo de fome, então surgiu um Sudene né? Ai nos saímos um grupo, a gente foi pra Água Branca,*

*pedir trabalho a Luiz Xavier que era o Prefeito da época, aí quando a gente chegou lá, Luís Xavier falou que não tinha vaga na Sudene, então Luís Xavier foi, mandou nos pedir esmola na rua, nós foi pedir, prenderam três e os outros fugiram, e as mulheres ficou, a gente estava pedindo, quando pensa que não, estavam tudo sabendo da luta, as polícias, aí então prenderam Antônio, prenderam compadre Dedé, prendeu outro homem, esse já morreu, aí é o seguinte, ficou nos mulheres rodada na rua, eles já estavam presos, aí eu era mais de coragem, fui lá na delegacia, eu falei por qual motivo prenderam eles? Falaram assim, a gente prendeu porque eles são comunistas, comunistas mesmo não, a gente anda adquirindo o pão pros filhos, e numa seca dessa, não tem de que a gente se alimentar, e agora como é que vai ficar? (entrevista realizada no dia 24/07/21, Serra do Engenho, município de Pariconha, AL).*

Dona Maria (Caboca) em suas palavras mostra as dificuldades de seu povo, que no desespero da fome no sertão saíram em busca de alimento para minimizar a fome em decorrência de uma seca naquele período, foram surpreendidos pela polícia, que prenderam os homens que estavam juntos, inclusive seu marido, como se pedir ajuda fosse crime, essas pessoas estavam procurando sobrevivência.

A Ditadura foi muito dura para grande parte da população brasileira. O comportamento dos representantes da sociedade brasileira no governo militar não foi bom para resolver os problemas, pelo contrário aumentaram os problemas de muita gente, as pessoas buscavam ajuda e eram barradas com violência.

A criação do movimento contra a Ditadura Militar não foi por um pequeno motivo, porque foi criado com pessoas trabalhadoras exploradas, parte desses companheiros pais de família passavam fome, por causa disso talvez não houvesse tempo de lutar contra um poder perigoso como da força militar nacional, para isso acontecer, a decepção dessas pessoas não foi pequena. Não era fácil fazer parte do movimento de guerrilha de Pariconha, sabendo que poderiam ser torturados e mortos, exigindo assim muita coragem, como falou em seu depoimento o indígena José Pereira Dias (Seu Dedé):

*Era uma guerrilha, só entrava homem que tivesse coragem, qualquer um não aguentava o batido não, porque passava três quatro dias pelo o mato. O motivo de criar a guerrilha foi Zé Correia, ai veio uns companheiros de fora, veio Roberto lá de Brasília, veio Juarez, Gordinho, Socorro, Francisco, Doca, veio bastante gente de fora, agora através dos Correias (entrevista realizada no dia 24/07/21, Serra do Engenho, município de Pariconha, AL).*

Talvez a coragem dos guerrilheiros fosse impulsionada pelos obstáculos em suas vidas, buscavam vencer as dificuldades e eram oprimidos pelas autoridades da ditadura. Os camponeses sertanejos como sempre em nosso Brasil tiveram vida

difícil no campo, porque o sertão nordestino tem frequência de secas. A ditadura foi dura, não realizou mitigação da fome e dos efeitos da seca, que acalmasse o desespero dos trabalhadores que sofriam com a falta de alimentos.

O comportamento da Ditadura não agradou os guerrilheiros do sertão alagoano. Seu autoritarismo e perseguição a seus opositores podem ter ajudado junto com a fome nas regiões de seca, como no sertão alagoano, a motivar os camponeses e indígenas se prepararem para um combate, até uma guerra se possível, como afirmou ainda Seu Dedé:

*Nós lutava mais pra derrubar a ditadura militar, agora pra guerra se merecesse a gente partia, se eles botasse a gente botava neles também, mas nós não queria assim, a gente queria era a paz de Deus. As nossas armas era doadas pelos militantes mesmo, nós tinha apoio, graças a Deus tinha, o nosso apoio era os Correias, o pessoal de fora era Roberto, Juarez, tinha professora que ensinava o Mobral, a professora Socorro de Francisco, tinha movimento estudantil de fora. (entrevista realizada no dia 24/07/21, Serra do Engenho, município de Pariconha, AL).*

O movimento de guerrilha dos camponeses de Pariconha era bem organizado, havia a formação política do pessoal, com professora para ensinar a ler e escrever, reuniões e treinamento de guerrilha. Os membros passavam bastante tempo escondidos no seu esconderijo da Serra do Pajeú, vizinha a Serra do Engenho, é tanto que havia a necessidade de preparação de comida para que fosse entregue a esse pessoal, assim acontecia como relata em seu depoimento a indígena Alaíde Feitosa Coelho, irmã de Caboca, também do movimento:

*Naquele tempo era muito ruim, mas eu pedia a Deus que ficasse bom, quando era 12 horas nós fazia o almoço aqui, e saia com taxinho na cabeça, panelinha de barro, pratinhos de barro, era eu e minha irmã Maria, eu acompanhava pra ajudar, a gente saía de casa as 12 hora pro Pajeú, a gente levava comida pra todo mundo, aquele feijãozinho com farinha, arroz não existia naquele tempo, ovinho cozido, uma rapadura com farinha, todo mundo comia tudo igual, comiam um pedaço de carne assada quando tinha alguma vez, umas comidinha fraquinha, o que a gente comia aqui, eles comiam também, a situação era triste, ninguém ignorava, era chovendo, levava comida tudo em taxinho de barro, e prato de barro, eles comiam lá no mato, almoçavam, e a gente levava também rapadura com farinha, pra eles comerem a noite, umas cabacinhas d'água pra eles beberem lá, e a gente vinha pra casa, era todo dia, durante muito tempo, eles só saíam meia noite, era escondido, tudo armado a revólver, cartucheira (entrevista realizada no dia 24/07/21, Serra do Engenho, município de Pariconha, AL).*

As reuniões eram extensas, pelo relato de Dona Alaíde, tinha muito ensinamento para os camponeses. Dona Alaíde cumpriu um papel fundamental de suporte à guerrilha, uma vez que sua comida evitava que os guerrilheiros deixassem o esconderijo, deu sua contribuição como suporte na alimentação para evitar que os guerrilheiros vacilassem saindo de seu local estratégico pra comerem em suas casas e voltarem para a reunião novamente. Tudo ocorria clandestinamente, sem levantar suspeita de seu movimento, dessa forma praticavam sua escola de guerrilha e buscavam a politização das pessoas para crescer o movimento, que se preparava para combater a ditadura.

Os participantes da guerrilha de Pariconha sabiam esconder os companheiros de fora do conhecimento do povo aos redores, porque é comum em lugar pequeno todo mundo saber de tudo que acontece, em lugar pequeno as pessoas costumam ser muito interrogativas, até mesmo por terem mais a proximidade um dos outros. Eles conseguiam esconder facilmente esse movimento que participavam, principalmente os companheiros que vinham de fora para as reuniões, como é afirmado por seu Arlindo Perigoso:

*Naquele tempo poucas pessoas saia pra trabalhar fora, quando saia era mais para o interior trabalhar de enxada. Eu não saí daqui não. Tinha vez que eu ficava com dez quinze pessoas, me perguntavam quem é aquele povo, rapaz são os meus cunhados que vieram do interior de São Paulo pra passarem um tempo aqui, era todo esse povo que eles nunca souberam quem era, ficavam como parentes, tudo gente estudada (entrevista realizada no dia 30/07/21, Pariconha, AL).*

A Guerrilha de Pariconha era como um projeto bem elaborado, não era de qualquer jeito, Seu Arlindo Perigoso mostrou em sua entrevista que pessoas estudadas de outras regiões estavam na colaboração do movimento dos guerrilheiros, vinham de longe, representantes de lugares distantes não iriam visitar um movimento sem ter assuntos sérios a tratar.

Esse movimento podia ter sido um movimento social pedindo melhoria apenas, como os movimentos na democracia, mas o Golpe Militar não gostava de democracia, porque ditadura é o oposto da democracia, era um regime autoritário e violento com os movimentos sociais. As dificuldades do povo sertanejo durante a Ditadura Militar levaram à criação de um movimento de formação política e guerrilha, de acordo com o depoimento do indígena Gilberto Correia de Souza (Beto Correia):

*O movimento era de formação política e guerrilha. O motivo da guerrilha foi o regime militar, pra combater o regime e a ditadura. Naquela época faltava emprego, politizava a população pra esclarecer sobre o regime que podia ser mudado, a gente pertencia ao movimento do PC do B, Partido Comunista do Brasil. As armas que nos usava era daqui mesmo, era armas de caça, e quem tinha suas armas melhor usava, revolver 38, e outras. A guerrilha era apoiada pelos estudantes, do povo revoltado com a situação do país, a gente fazia treinamento do pessoal que vinha de São Paulo e de outros lugares (entrevista realizada no dia 30/07/21, Pariconha, AL).*

Cada integrante tinha sua visão desse movimento, era um movimento de guerrilha, mas o motivo era um só, combater a ditadura. Eram apoiados por pessoas de lugares distantes e segundo Gilberto Correia eles pertencia ao movimento do PC do B. Esse movimento era uma articulação internacional e de solidariedade de parte da esquerda, ainda na fala de Gilberto Correia:

*Todos os grupos eram ligados, eles se comunicavam de estado para estado, eu e meu irmão Geraldo, vinha fazendo o nosso trabalho em São Paulo, com reuniões e palestras, e meus irmãos Zé Correia, Josué aqui, iniciei em São Paulo e no final participei aqui. A ideia era um regime que o povo tivesse melhora, igualdade, direitos, nós não tinha direitos, o pobre tivesse acesso as coisas, ao ensino igual o rico tem, um modelo Socialista, o único meio do povo chegar ao que necessita é o Socialismo, porque no capitalismo o patrão não quer melhora pro operário, quer só lucrar. A gente tinha nossas ideias, mas buscava em uma luta que já tinha, baseado em outros países, que tinha situação política melhor do que a nossa, a gente se espelhava em Mao Tsé-Tung da China, na Albânia, Che Guevara e Fidel Castro em Cuba (entrevista realizada no dia 30/07/21, Pariconha, AL).*

Pode-se perceber que Gilberto Correia fala da Guerrilha de Pariconha com inspiração de experiências revolucionárias de outros países, quando a ligação da guerrilha articulasse com a China na Ásia, com a Albânia na Europa e com Cuba na América Latina. Quando se fala que os camponeses da guerrilha tinham um modelo espelhado em outros países, até de continentes diferentes, apesar de acontecer no contexto da Guerra Fria, não sofreu uma influência da União Soviética.

Parece-nos perfeitamente possível imaginar que na medida em que a AP ressaltava o caráter original da revolução feita pelos cubanos, ela estava ao mesmo tempo justificando a sua proposta de socialismo, que se pretendia independente tanto da tradição de esquerda brasileira como de correntes comunistas internacionais (SALES, 2016, p. 351).

A Ação Popular, que encontrou em Pariconha camponeses e indígenas dispostos a enfrentar a violenta ditadura, desenvolveu um movimento estratégico contra ela, com um modelo espelhado inicialmente no movimento revolucionário

cubano, inspirados no “foquismo” e depois se aproxima do maoísmo chinês de Mao Tsé-Tung. Foram duas experiências revolucionárias que influenciariam o projeto de luta idealizado pela AP contra o governo ditatorial.

Segundo Sales (2016), em 25 de julho de 1966 a AP preparou um atentado a bomba para o General Costa e Silva com horário marcado de 8:45 da manhã, no Aeroporto dos Guararapes, em Recife, esse atentado não atingiu o General por conta de problema no avião que não decolou de João Pessoa. O atentado foi influenciado pelo foquismo cubano, depois desse episódio e após uma reavaliação interna, a AP muda seu posicionamento em relação à Cuba, abrindo espaço para uma rápida aproximação do maoísmo e da estratégia de guerra popular prolongada.

Encaixada nos anos de andamento da Guerra Fria, a Guerrilha de Pariconha, ainda que não tivesse com a União Soviética, era opositora do imperialismo estadunidense e estava na contramão do sistema capitalista. Gilberto Correia afirma uma preferência de buscar o socialismo considerado uma boa ideia para eles. Nas palavras do indígena Arlindo Alves Feitosa (Arlindo Perigoso):

*É o seguinte, era uma mudança. Sabe quem era o nosso presidente, Mao Tsé-Tung da China Comunista, nós tinha tudo preparado, tudo que nós precisava nós tinha de armamento, de 44 até 22, nós tinha preparo de tudo, bala de tudo nós tinha, máquina pra fazer o que a gente queria, e esse povo que acompanhava, era padre, era bispo, advogado, as mínimas pessoas que acompanhava nosso grupo, era presidente do sindicato, o restante era tudo sabido. Água branca não sabia que existia Novo Horizonte na Serra do Pajeú, não tinha Novo Horizonte, nós fizemos Novo Horizonte. Novo Horizonte era onde a gente ficava com esse povo, no Pajeú, o Município de Água Branca não sabia que tinha esse Novo Horizonte, já foi criado pra despistar (entrevista realizada no dia 30/07/21, Pariconha, AL).*

Os guerrilheiros tinham suporte de diversos setores da sociedade e Mao Tsé-Tung da China Comunista era uma figura importante para eles, segundo Seu Arlindo Perigoso. Havia muitas pessoas de um bom conhecimento como advogado e padre que ofereciam suporte à politização desse pessoal, aqueles que não tinham leitura obtiveram muita informação dos que dominavam a leitura, até porque os livros contam as lutas de classe, e essa turma também buscava a politização das pessoas para terem mais apoio da sociedade.

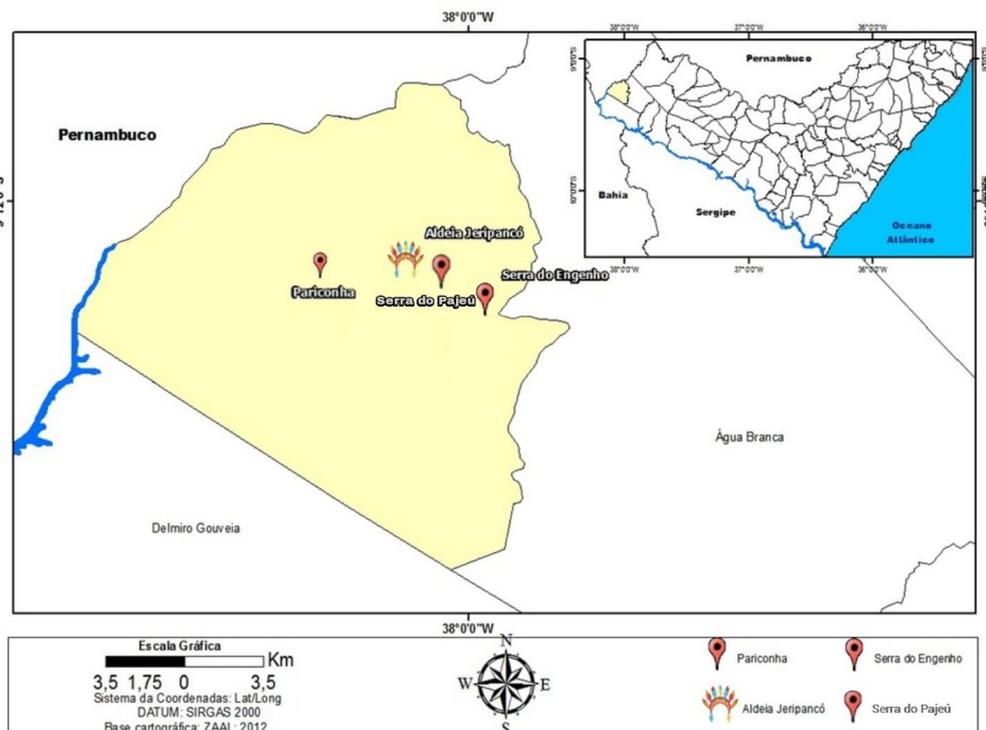
O trabalho de guerrilha era desenvolvido de forma discreta, a exemplo do nome fantasia de Novo Horizonte, mencionado por Seu Arlindo, que era usado para despistar as autoridades sobre a existência da Serra do Pajeú, onde eles treinavam.

Seu Arlindo fala que foi criado um nome fantasia de Novo Horizonte que o nome certo era a Serra do Pajeú onde eles treinavam.

Situada entre a serra do Engenho e a serra do Ouricuri, a do Pajeú dava uma visão geral da região; possivelmente, esta condição reflete na sua importância estratégica e na sua escolha para a localização da escola de formação político-militar do movimento. Apesar da prioridade à formação de quadros locais, alguns militantes da AP de outros Estados passaram por esta escola (SILVA, 2007, p.150).

No mapa 1 estão as localizações das serras do Pajeú e do Engenho. Também estão indicadas as referências da sede do Município de Pariconha e da Aldeia Ouricuri, do Povo Geripankó. Os indígenas treinavam clandestinamente na Serra do Pajeú, nomeada com o nome fantasia de Novo Horizonte.

**Mapa 01 - Localização de concentração dos guerrilheiros em Pariconha/AL**



**Organização do Autor, 2022.**

A Ditadura era cruel com os críticos de seu regime, não podemos afirmar que ela era causadora de todos os problemas que afetavam a sociedade brasileira, mas a Ditadura gerou revolta nas pessoas, é tanto que movimentou todo o país contra seu regime. Em Pariconha era um pequeno movimento que se integrava a mesma causa de muitos movimentos. Os problemas podiam ser diversos, o mais grave após

o golpe militar, foram às ameaças que os participantes receberam de forma agressiva das autoridades do regime militar, falavam até de matar, como afirma o camponês Seu Baião:

*Antes do meu ingresso na guerrilha não tive ameaça não, a gente sentia falta de direitos no país, mas depois da guerrilha eles sempre ameaçavam sobre o movimento, se pegar mata. Muitos companheiros foram pro pau-de-arara né? Uma forma de tortura que é semelhante quando mata um boi que tira o couro, amarra os quatro pés e sai levando, era assim, amarrava os pés e as mãos, pendurava num pau lá em cima, e metia o chicote, perguntavam, onde está seus companheiros? (entrevista realizada no dia 21/07/21, Pariconha, AL).*

Na Ditadura ninguém podia reclamar e muito menos criar grupo de guerrilha, mas os indígenas e camponeses de Pariconha não possuíam vida digna, trabalhavam como agricultores em suas roças ou de diaristas, de meia, de qualquer forma, eram sofrendores nos anos secos, por serem sertanejos e dependerem das chuvas no sertão, uma região com histórico de seca frequente, tinha falta de alimentos e de direitos, o capitalismo era culpado como fala ainda Seu Baião:

*Minha preocupação era que eu sentia muito de ver o pessoal sofrer, sofrer e não poder falar nada, o culpado é o capitalismo que judia. A gente buscava coragem clandestina, de noite escondido, dentro das pedras, botava um vigia na bocana e ficava lá se reunindo, conversando política, politizando um e outro. Com o fim do regime militar, esperava mudar essa estrutura capitalista pra socialista, que todo mundo participe de tudo do país (entrevista realizada no dia 21/07/21, Pariconha, AL).*

Os militares da ditadura combatiam os trabalhadores que participavam de movimentos contra as injustiças, e chamavam de comunistas, pretendiam favorecer o sistema capitalista, os camponeses estavam em dois cenários, no campo sem direito a assistência do governo e explorados pelas oligarquias e na cidade servindo ao capitalismo, hora no papel de camponês ou operário.

*Em minha idade de 13 anos, eu entrei no SENAI de São Paulo e aprendi uma profissão de torneiro mecânico, então trabalhei em várias empresas de torneiro mecânico em São Paulo, justamente eu trabalhei no mesmo Bairro onde o Lula trabalhou e morou, lá em Santo André, em São Bernardo dos Campos, São Caetano do Sul, eu trabalhei toda aquela região por ali, depois a coisa foi apertando pra nós comunistas, que eles chamavam a gente de comunistas, hoje é a palavra mais civilizada, é guerrilheiro, mas a palavra nossa era comunistas, todos que fosse contra o governo era comunistas, hoje é a esquerda. A coisa lá apertou pra nossa família, a gente foi obrigado se desterrar de lá pra Pariconha, aí de Pariconha eu fui pra vários países, tive em Cuba, tive na Venezuela, tive no Paraguai, sempre fugindo da polícia, porque onde eles caçasse a gente não era pra levar vivo, era pra levar morto, tanto eu, como Josué, Josué*

*teve mais sorte do que eu, ele foi até Cuba, nos fomos juntos pra Cuba, chegou lá nós se desencontramos, ele veio e ficou em Paraná, em Xambrê, e eu fiquei vagando pelo país (entrevista realizada no dia 22/07/21, Pariconha, AL).*

Seu Jaime e Josué Correia eram indígenas, Seu Jaime comentou que ficaram refugiados, esses dois irmãos de coragem como todos os outros, toda a família Correia eram firmes no movimento contra a ditadura, buscavam a melhoria dos trabalhadores. Este movimento partiu da criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e de uma Cooperativa.

O Sindicato Rural de Pariconha teve uma ligação com o movimento, como foi criado da mesma forma uma Cooperativa. Essas duas entidades localizavam-se em Pariconha, foram criados por pessoas envolvidas nas ideias de criação da guerrilha, pode ter havido uma estratégia de despistar a vigilância da ditadura, como se existisse apenas um Sindicato e uma Cooperativa, e dificultou a descoberta da guerrilha que ainda teve um bom tempo de preparação. A posterior descoberta da existência da Guerrilha de Pariconha por parte da Ditadura resultou na prisão de alguns dos guerrilheiros que se preparavam para enfrentar a repressão do regime. Gilberto Correia de Souza (Beto Correia) afirma em seu depoimento que houve pessoas presas até mesmo antes de se ingressarem na guerrilha:

*Quando começou o sindicato e a cooperativa já movimentava o povo pra esse fim, muitas pessoas foram presas, antes de entrarem na guerrilha, foram torturados, teve gente que fugiram pra não morrer, antes de entrarem na guerrilha, o pessoal foram muito oprimido, por isso a guerrilha, minha família não chegou a passar fome, porque a gente trabalhava fora e aqui, nós trabalhava em São Paulo, trabalhava aqui. Nós tivemos que entrar na guerrilha pra não ser esmagado, pra melhorar a situação do povo, a finalidade era a gente ter mais direito, salário digno e emprego, o povo oprimido, então a gente queria liberdade, liberdade política, liberdade de expressão, liberdade de tudo, a gente não podia nem pensar. A preocupação era o Brasil que estava no caos total, o Brasil era dominado, ainda é. Quem domina a América Latina é os americanos. A nossa coragem era lutar ou morrer, pra sobrevivência. A gente vivia na opressão, o país completamente na miséria, desemprego, não tinha incentivo do governo pra nada, o governo só oprimindo o povo (entrevista realizada no dia 30/07/21, Pariconha, AL).*

Seu José Correia contou em entrevista seu sofrimento quando preso pela Ditadura:

*Uma das torturas que faziam frequentemente, eles pegavam a gente e algemado, sentado num tamborete, num banheiro imundo, seboso, lodoso que a gente escorregava pra cair, e algemado, como a gente vai consegui se segurar num tamborete algemado? Na cabeça*

*da gente uma torneira pingando o dia e a noite, toco-toco o dia e a noite, não tinha quem aguentar-se, e os pernilongos agora? Sem camisa na beira dos mangues em Maceió, não podia nem se coçar, eu fui amarrado, um pernilongo danado, e eu sem camisa, de calçãozinho algemado no poste e abraçado, sem poder mim coçar e os pernilongos comendo, ave Maria meu filho. Eles faziam depilação na região íntima da gente, eles faziam diferente, puxavam os pelos debaixo pra cima e devagar pra doer mais, pra judiar mesmo, pra ver se a gente falava quem era as pessoas que andavam com a gente, por exemplo, nos tinha aqui duas pessoas de fora com a família, era Juarez e Roberto, eles tinham um nome de guerra aqui, o nome de guerra de Aldo Arantes era Roberto, e o nome guerra de Juarez era Gilberto, um líder estudantil lá de Goiás, mas nós não podia dizer né? Nos não podia entregar nossos companheiros (entrevista realizada no dia 23/11/21, Pariconha, AL).*

Os participantes da guerrilha foram torturados, mas não se davam ao fracasso de entregar seus companheiros, talvez pudessem morrer torturados e não revelavam o nome dos outros companheiros, eram guerreiros e resistentes, não eram traidores, preferiam sofrer mais ainda, mas protegendo seus companheiros de luta. Esses camponeses ingressados no movimento de guerrilha sofreram de várias formas, perseguição, fome e ameaça de morte, José Pereira (Seu Dedé), contou seu sofrimento:

*As terras que eu tinha eram pouquinha, não era suficiente, mas dava pra levar, a água era difícil, tivemos muita dificuldade com a água. Tivemos muito espanto, muita ameaça, já fui preso em Água Branca, não mim ameaçaram de morte não, mas se a gente brincasse entrava na bala. Enfrentamos a fome muitas vezes, enfrentamos a fome porque os coronéis tomavam conta de tudo e não tinha um ganho pra comunidade, não tinha aposentado, não tinha nada, não tinha nada não, nós buscava tirar o governo ruim pra ver se melhorava pro povo, Lula melhorou um pouquinho, a gente preocupava porque queria as coisas certas, porque estava errada, a ditadura estava comendo tudo, a gente criava coragem porque via um governo desgraçado de ruim. Com o fim da ditadura eu esperava uma vida melhor, pro povo em geral, só não pros latifúndios (entrevista realizada no dia 24/07/21, Pariconha, AL).*

A Ditadura Militar não tinha piedade nem dos necessitados por falta de alimentos, nem dos que não tinham água encanada e buscavam água a quilômetros, com falta de alimentos e sem aposentadoria ou outro benefício para garantir suas necessidades básicas nos tempos de seca no sertão, como afirmou Seu Dedé.

O sofrimento com o abandono era acompanhado da repressão de quem clamava por mudanças, com prisões e torturas. Alguns dos guerrilheiros que foram presos não tiveram tortura, porque talvez as autoridades não tinham certeza se

realmente eram guerrilheiros. Os guerrilheiros presos que não foram torturados possuíram muita sorte, como tem afirmado um dos entrevistados, Seu Arlindo Perigoso:

*Eu nunca fui ameaçado, quando fui preso não levei nem um empurrão, sabe quem foi me soltar? Foi um Tenente do Exército, eu fiquei preso só três dias, eu estava preso no Domingo, Segunda-feira chegou Roberto, oi tá tudo bom? Eu estou bem graças a Deus, Roberto que era o chefe, Roberto e Juarez eram os cabeças, chegou presos, chapéu de palha, já estava eu e Bastião Quileto, fui preso Domingo, Segunda-feira eles chegou, quando foi Terça-feira chegou um Senhor, falou, quem é o sargento aqui? O sargento disse sou eu, bateu a carteira no birô e disse, sargento eu sou tenente do exercito, quero esses meninos solto hoje, sabe o que é arapuça? É de pegar passarinho, pois esses meninos é igual passarinho, eles não sabe de nada não, tudo bem Bastião Quileto não sabia de nada não, mais eu sabia até onde o cão se enterrou (entrevista realizada no dia 30/07/21, Pariconha, AL).*

O movimento de pessoas simples do campo recebia pessoas com o mesmo objetivo, para melhoria da situação daquele período, buscava combater os agressores da liberdade do povo sertanejo que passava situações precárias, por falta de assistência do governo, não bastando de brinde a repressão violenta da ditadura, na qual muita gente foi torturada e até morta em muitos casos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação viabilizou o resgate da memória de sujeitos, residentes no Sertão alagoano, que buscaram enfrentar o autoritarismo de um governo patrocinador das injustiças sociais e distante da realidade da população sertaneja. De um governo distanciado da lógica de valorização desse povo, que buscava sobreviver com resistência às injustiças sociais. Um governo que preservou e ampliou os marcos da violência contra indígenas e camponeses, legitimando o latifúndio e as difíceis condições de reprodução desses indígenas e camponeses no semiárido nordestino. Promoção de violência contra indígenas e comunidades organizadas, preservando o latifúndio, valorização do regime capitalista, com opressão a trabalhadores, evidencia-se a incompetência por falta de compromisso no combate as calamidades.

No semiárido nordestino, marcado por fome e morte, foram elaborados projetos de combate aos efeitos das secas, apontada como problema que levava a calamidade da população. As políticas de combate à seca se mostraram fracassadas, pois não foram capazes de incidir nas questões mais elementares, como a estrutura fundiária, o acesso à água, a promoção da renda e do emprego e o enfrentamento ao domínio político das oligarquias. Havia calamidades como consequência das secas do semiárido como registro de fome e morte da população, além da pouca eficiência das medidas de superação dos flagelos enfrentados pelas famílias mais vulneráveis. As classes dominantes se articularam com o Estado para seguirem impondo sua hegemonia de dominação econômica e política.

A sucessão de governantes no Brasil elaborou políticas de combate aos efeitos da seca, com redução de recursos ao planejado, seguido de corrupção, falta de planejamento e paralisação de projetos, assim os representantes da nação brasileira trataram as políticas públicas de combate aos efeitos das secas com pouca atenção, e a Ditadura Militar não preocupada com o sofrimento de quem passava por dificuldades, deu mais importância à repressão. Os governos militares viram os movimentos que lutavam por melhorias como uma ameaça ao seu regime ditatorial, assim, o movimento de camponeses e indígenas de Pariconha buscou organizar-se na formação de uma guerrilha, por estar insatisfeito com a situação de

agravamento das condições precarizadas da população após o golpe de 1964, na qual foram surpreendidos por prisões e tortura de alguns deles.

Não foi um único movimento que possibilitou a queda da ditadura militar do golpe de 1964, mas a contribuição de organizações que lutaram com o mesmo propósito, como de Pariconha. Este na comparação com a magnitude de outros do mesmo período, não teve peso no contexto de resistência contra ditadura, mas considerando a totalidade aberta e dinâmica, verificaremos que o local complementa o nacional, a guerrilha de Pariconha, formada por indígenas e camponeses, certamente contribuiu para o fim da ditadura militar (SILVA 2007).

Até a presente data os indígenas do Sertão de Alagoas não têm suas terras demarcadas, a maioria de suas famílias seguem sem ter onde cultivar alimentos ou desenvolver criatório de animais, levando a vida praticando agricultura dependente do regime pluvial (agricultura de sequeiro). Sem demarcação de seus territórios, convivem conflituosamente com proprietários de terra e acabam sendo forçados ao deslocamento migratório para outras partes do país (LIMA, 2019).

Podemos concluir que a luta e as reivindicações por melhores condições de vida dos guerrilheiros de Pariconha continuam atuais e servem como uma herança aos que vivem atualmente no Sertão alagoano, convivem em tensões e conflitos com proprietários de terras, como tem relatado uma liderança Kalankó em uma entrevista concedida em outubro de 2017, afirmando ter recebido ameaça de morte por integrantes de uma das oligarquias do município de Água Branca, cujas terras estão no território reivindicado por esse povo (LIMA, 2019).

## REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Aziz Nacib. **Geomorfologia: O domínio morfoclimático do Semi-árido das caatingas brasileiras**. Instituto de geografia - USP: São Paulo, 1974.
- ALVES, Joaquim. **História das secas: século XVII a XIX**. Ed. fac-similar, Fortaleza : Fundação Waldemar Alcântara, 2003.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do Território no Brasil**. 2ª Edição, editora Hucitec, 2004.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome, o dilema brasileiro: pão ou aço**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- LIMA, José Roberto de; MAGALHÃES, Antônio Rocha. **Secas no Nordeste: registros históricos das catástrofes econômicas e humanas do século 16 ao século 17**. Parc. Estrat. • Brasília-DF, v. 23, n. 46, p. 191-212, jan-jun 2018.
- LIMA, Lucas Gama. **Território e Territorialidade Indígena no Sertão de Alagoas: breves notas acerca de um processo de resistência**. XIII ENANPEGE, A Geografia brasileira na Ciência-mundo: produção, circulação e apropriação do conhecimento. São Paulo, 2019.
- MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007.
- MORAIS, Antônio Carlos Robert. **Geografia Histórica do Brasil: Capitalismo, Território e Periferia**. São Paulo: Annablume, 2011.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia política da guerra camponesa de Canudos**. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2000.
- PRADO JUNIOR, Caio. **Historia Econômica do Brasil**. Editora Brasiliense, 1976.
- SALES, Jean Rodrigues. **A influência da Revolução Cubana na história da Ação Popular nos anos 1960**. ANTÍTESES, v. 11, n. 21, jan./jun. 2016.
- SILVA, Amaro Hélio da. **Guerrilha e índio no Sertão de Alagoas**. Edufal: Maceió, 2007.
- SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o Combate a Seca e a Convivência com o Semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Brasília, 2006. 298 p. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. Editora Brasiliense 1963.
- VILLA, Marco Antônio. **Vida e morte no Sertão: história das secas no nordeste nos séculos XIX e XX**. 1ª Ed. Vol. 75. Ática: São Paulo, 2001.